UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CURSO DE MESTRADO

NÍVIA TAMIRES DE SOUZA CRUZ

Mulheres Pescadoras e Racismo Ambiental: O impacto do racismo ambiental na vida das mulheres pescadoras do litoral sul de Pernambuco - Serrambi

Recife-PE, 2024

NÍVIA TAMIRES DE SOUZA CRUZ

Mulheres Pescadoras e Racismo Ambiental: O impacto do racismo ambiental na vida das mulheres pescadoras do litoral sul de Pernambuco - Serrambi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Sociologia, sob a orientação do professor doutor Cristiano Wellington Noberto Ramalho.

Recife-PE, 2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Cruz, Nivia Tamires de Souza.
Mulheres pescadoras e racismo ambiental: o impacto do racismo ambiental na vida das mulheres pescadoras do litoral sul de Pernambuco - Serrambi / Nivia Tamires de Souza Cruz. - Recife, 2025.
69f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.
Orientação: Cristiano Wellington Noberto Ramalho.
Inclui referências.

1. Pesca artesanal; 2. Mulher pescadora; 3. Racismo ambiental; 4. Interseccionalidade. I. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

NÍVIA TAMIRES DE SOUZA CRUZ

Mulheres Pescadoras e Racismo Ambiental: O impacto do racismo ambiental na vida das mulheres pescadoras do litoral sul de Pernambuco – Serrambi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: 31/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho.
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Tereza Cristina Vital de Sousa
Instituto Nacional do Seguro Social

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Maria Cristina Alves Maneschy
Universidade Federal do Pará

Recife, 2024

Às mulheres pescadoras de Serrambi (mulheres de força) ; dores e resistência se entrelaçam no encontro de afeto e amorosidade.

Em memória de Beatriz Nascimento

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede

Conceição Evaristo

AGRADECIMENTO

Viver o racismo institucional é extremamente cruel. “Ninguém vê, ninguém sente, ninguém reage”, mesmo quando é escancaro escandaloso. Existem pretos assimilados que mascaram, há brancos negando veementemente e a dor de se sentir sozinha, ora ou outra. Mas há os meus, a ancestralidade, a terapia preta, o amor parceiro, a força das mulheres pretas.

Em meio ao racismo invisível, cercado por brancos com poder de decisão, onde o resultado era iminente e sabido, tive um sonho.

No sonho, um pé de canela bem magrinho com a copa pequena e um tanto alta,
Na copa muitas papoulas vermelhas.
No sonho, alguém sem forma, sem nome, sem identidade, destruía a copa e as flores amontoavam-se no chão.
No sonho, desesperei-me, chorei profundamente e dolorosamente. É meu pé de canela, Eram minhas flores vermelhas.

Acordei angustiada e com dores, assim como fui dormir.

Um amigo, meu amor e minha cria (que é mais que amigo e amor) observaram de forma amorosa que minhas raízes ainda estavam fincadas e partir delas haveria copa novamente e que meu pé de canela(eu) poderia florir novamente.

E assim foi …

Brotei por um amor cuidadoso, que namorou, acalmou e nutriu meu corpo; me tirou diversas vezes do espaço de paralisação. Esse amor, meu amor, meu bem me levou ao mar e ao caminhar, sacudiu as incertezas e me organizou em sua bagunça.

Fiz broto na volta à escola pública, onde encontrei nutrientes e muitos outros brotos. Fiz broto na criação do nosso Clube Nzinga e Projeto Mares de Sabedoria, espaços dentro da escola de luta antirracista e valorização do conhecimento das comunidades tradicionais, dos quais os estudantes são membros.

Brotei também no coletivo Território Maré, onde nos reunimos para partilhar nossas experiências, ler os nossos, criticar/mudar a normalidade.

Brotei nutrida por minha base: Mainha, Painho e meus irmãos, Caca, Nessinha e Didio.

Brotei descolonizando o corpo nas rodas de capoeira.

Fiz broto no encontro com a família de mulheres negras, pescadoras e mães, cujas escrevivências contadas se perdem e se misturam com as minhas.

Floresci na existência das minhas crias Pedro e Risoflora, por quem precisei seguir viva, viva no existir.

Portanto

Sou grata a Mainha e Painho, e aos meus amorosos irmãos Caca, Vanessa e Didio, que, além de afeto, me deram a base material para seguir.

Sou grata aos amigos: Márcio, Well, Aline Vargas, que, cada um a seu jeitinho, esteve presente e me acolheu nesse caminhar.

Sou grata ao meu namorado, Rafael Amorim, que acompanhou todo o processo de escrita, leu atentamente e me envolveu em debates que me fortaleceram como mulher negra, mãe e pesquisadora.

À minha maravilhosa terapeuta Polyane Ferreira, por ter cuidado de mim nessa vida de dores e sabores; não sei se seria possível sem sua presença.

Sou grata ao meu querido professor orientador Cristiano Ramalho pela paciência e cuidado com meu tempo de escrita que rendeu mais do que imaginava

Sou grata ao feminismo negro, que criou a possibilidade de enfrentarmos as instituições sem nos sentirmos menores do que elas.

Por fim, com muito carinho, sou grata às pescadoras de Serrambi (mulheres de força) por partilharem essa pesquisa comigo; dores e resistência se entrelaçam no encontro de afeto e amorosidade.

RESUMO

As mulheres pescadoras encontram no mar, nos rios e estuários verdadeiros espaços de reprodução simbólica e material de seus modos de vida, em harmonia com esses ambientes. São modos de vida resistentes ao capitalismo predatório e que, na dinâmica da maré e da lua, formam um ecossistema necessário à sobrevivência de todos que precisam de um ambiente ecologicamente equilibrado. Considerando que essas mulheres e a pesca artesanal que praticam são parte dos ambientes nos quais estão inseridas, todo tipo de agressão dirigido ao mar (derramamento de petróleo, destinação de dejetos, supressão da flora), podem ser considerados agressão contra a natureza bem como a vidas dessas mulheres e suas famílias e seus trabalhos. Tais relações socioambientais constituem a vida, o trabalho e as escrevivências das pescadoras artesanais da comunidade de Serrambi, Litoral Sul pernambucano. A escrevivência - conceito forjado por Conceição Evaristo (2020) é a metodologia que melhor acolhe as narrativas dessas mulheres negras trabalhadoras da pesca, as quais contam como são afetadas, historicamente pelo veraneio e turismo e, mais recentemente pelo petróleo (2019) e pela covid (2020). Frente a estes impactos, as ínfimas ações e/ou inoperância dos poderes governamentais podem ser consideradas injustiças ambientais bem como racismo ambiental, como foi denunciado pelo movimento das mulheres pescadoras? É pertinente a utilização da Interseccionalidade para discutir a vida da pescadora artesanal de Serrambi pois esta ferramenta de análise concebe gênero, raça e classe condicionantes estruturais que posicionam, reorientam e/ou moldam às subjetividades na sociedade capitalista e opressora.

Palavras chaves: **pesca artesanal, mulher pescadora, racismo ambiental e interseccionalidade.**

ABSTRACT

Fisherwomen find true spaces for the symbolic and material reproduction of their ways of life in the sea, rivers, and estuaries, in harmony with these environments. These are ways of life that are resistant to predatory capitalism and that, in the dynamics of the tide and the moon, form an ecosystem necessary for the survival of everyone who needs an ecologically balanced environment. Considering that these women and the artisanal fishing they practice are part of the environments in which they are inserted, all types of aggression directed at the sea (oil spills, disposal of waste , flora suppression) can be considered aggression against nature as well as the lives of these women, their families and their work. Such socio-environmental relationships constitute the life, work, and "escrevivências" (lived experiences) of the artisanal fisherwomen from the community of Serrambi, on the southern coast of Pernambuco. "Escrevivência" – a concept forged by Conceição Evaristo (2020) – is the methodology that best accommodates the narratives of these black women fishing workers, who tell how they are effect, historically affected by tourism and, more recently, by the oil spill (2019) and COVID-19 (2020). Given these impacts, can the insignificant actions and/or ineffectiveness of governmental authorities be considered environmental injustices as well as environmental racism, as denounced by the fisher women's movement? The use of intersectionality to discuss the life of the artisanal fisherwoman of Serrambi is pertinent because this analysis tool conceives gender, race, and class as structural conditioners that position, reorient, and/or shape subjectivities in capitalist and oppressive society.

Keywords: **artisanal fishing, fisherwoman, environmental racism, and intersectionality**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mão de voluntário coberta de petróleo 28
Figura 2 - Retirada do petróleo por voluntários 29
Figura 3 - Retirada do petróleo por voluntários 29
Figura 4 - Petróleo retirado da praia de Serrambi 30
Figura 5 - Manchas de petróleo em Serrambi 30
Figura 6 - Mapa da praia de Serrambi 47

SUMÁRIO

1-Escrevivendo no Mestrado: entre dores e resistências múltiplas 01
2-Introdução 05
3-Objetivo Geral 09
3.1-Objetivo Específicos 09
4- Procedimento Metodologico 09
4.1 Escrevivendo e coletando dados 12
5-Capítulo I: Entre redes e margens: pesca artesanal e a manifestação do racismo Ambiental - uma breve introdução aos conceitos 14
5.1 Pesca artesanal 14
5.2 Racismo ambiental 16
5.3 Interseccionalidade 17
6-Capítulo II -Mulheres pescadoras: entre existência e resistência 20
6.1 Derramamento de Petróleo : entre marés e manchas 23
7-Capítulo III: Encontro e escrevivências de vidas em luta 30
7.1 Dona Cecília - “minha vida dava uma novela, minha fia” 31
7.2 Dona Lau - ”tenho minha pesca, minha fia, vou lá apanhar de macho” 34
7.3 Ró - “Ficávamos completamente sujos de óleo” 37
7.4 Vera - “toda mulher tem esse problema ... toda mulher que pesca tem” 39
7.5 Meri- “ vontade era de limpar logo para que tudo voltasse ao normal” 40
7.5 Salo - “prefiro minha pesca" 43
7.6 Nuna - “minha pesca não me traz esse tipo de angústia” 44
8- Capítulo IV -Escrevivência nos Modos de Pescar 46
8.1 Maré de Pedra 46
8.2 Pesca no mangue 48
8.3 Tempo de berbigão 49
8.4 Praça e outras virações 52
9- Considerações finais 52
REFERÊNCIAS 55

1-Escrevivendo no Mestrado: entre dores e resistências múltiplas

Durante algum tempo, resisti a escrever sobre mim diretamente na escrita deste, mesmo sentindo minha vivência atravessada pelas leituras teóricas e às vidas das mulheres pescadoras que construíram este trabalho. Resolvo escrever por perceber que as questões vividas por mim, de forma individual, são também coletivas. Falar sobre é uma forma de resistir e de compor uma rede de força. E só quem enfrenta o racismo em sua manifestação institucionalizada, praticado pelo Estado e os impactos negativos que este causa, tem ideia de todos os sentimentos que me invadiram e violentaram meu corpo. Sentimentos que ainda hoje provocam estresses psicológicos emocionais com os quais precisei, assim como as pescadoras em suas vivências, aprender a continuar.

Sou mulher negra, pesquisadora e conectada à minha ancestralidade. Sou neta de Otimário - preto velho pescador que ensinou aos netos a chamá-lo de pai velho, e de Dona Lia - preta amorosa, com cheiro de canela, pescadora e trabalhadora do lar, ambos encantados. Sou filha de Josenilda, empregada doméstica, e Adilson, operário. Sou bióloga e professora da educação básica - ensino médio. O mestrado, representa muito para mim e para os meus, apesar de estar marcado pela violência do racismo institucional praticado por esta universidade.

Entre 2014 e 2015 dediquei e organizei minha vida e da minha família para passar em um concurso público e assim construir uma vida estável para mim e para meus filhos. Nesse movimento de muito gasto de energia e de tempo, passei em três concursos públicos. Inicialmente assumi como professora na rede municipal de Jaboatão dos Guararapes e na rede estadual de Pernambuco. Em novembro de 2016 fui convocada para o cargo de Bióloga, nível superior, pela Universidade Federal de Pernambuco onde passei em 1° lugar, através da política de cotas raciais. Para admissão na instituição, exonerei os dois cargos supracitados, objetivando atender a exigência de não acúmulo de cargos públicos. Por fé pública ingressei como servidora na UFPE.

Em três anos desempenhando a função de bióloga pude construir uma rotina e um planejamento familiar. Neste período ingressei no mestrado em Sociologia nesta Universidade para estudar o impacto do racismo ambiental na vida da mulher pescadora de Serrambi/PE, resultado da consciência racial desenvolvida e o desejo de possibilitar um retorno social.

O processo de exoneração que me destituiu do cargo de servidora pública estável em 2021, após o estágio probatório, foi provocado por ação judicial movida por uma candidata da

ampla concorrência que questionou minha vaga. A ação que obrigava a UFPE nomear a candidata, não obrigava a exoneração que destituiu por completo meu direito legítimo de dignidade humana, lançando-me numa situação de vulnerabilidade socioeconômica, psicológica e emocional. Essa conduta do Estado, exercida por um funcionalismo heteronormativo branco, sob a égide da "imparcialidade" e "legalidade" incide sobremaneira sobre à população negra.

A cota racial através da qual ingressei no serviço público federal é o reconhecimento do racismo estrutural que constitui a sociedade brasileira e a busca em reparar as atrocidades cometidas pelo Estado. A exoneração por mim sofrida agride diretamente a política de cotas, a minha e outras trajetórias de vidas negras, indo em sentido contrário a construção de uma sociedade menos desigual.

Entendo como incoerentes, e, de certo modo perversas, as ações praticadas pela Universidade. A começar pela produção de discursos "bonitos" e bem articulados de uma “gestão democrática que prioriza as políticas afirmativas". Paralelo a isso, sou exonerada enquanto funcionária efetiva, tendo minhas conquistas e possibilidades e aspirações econômica, profissional, acadêmica e principalmente pessoal/maternal arrancadas por interpretações e/ou argumentações técnicas e demasiado ambíguas que se estendem há três anos por ritos administrativo/judiciário iniciado no *contato com o setor jurídico da UFPE e AGU*, seguido da *primeira instância* e *segunda instância*. Decido compartilhar de forma resumida, na medida do possível, a dimensão do peso opressivo que venho suportando.

No momento de *contato com o setor jurídico da UFPE e a AGU* vivenciei: recurso à Procuradoria Federal, resposta negativa ao recurso, reunião com o MPF - Termo de recomendação do MPF, resposta negativa da Procuradoria Federal ao termo de recomendação.

Seguimos para a *primeira instância*: mandado de segurança, manifestação favorável do MPF (Participação da Defensoria Pública). Entramos com os embargos sobre o qual houve uma audiência pública na Justiça Federal. Estiveram presentes a Articulação Negra de Pernambuco (ANEPE), Movimento Negro Unificado (MNU), União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO) e Comissão de Direitos Humanos, Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco - SINTUFEPE e Comissão Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (ALEPE). Dado prazo de 30 (trinta) dias ao procurador da AGU e da UFPE para manifestarem intenção de acordo, objetivando a solução do meu caso. Não houve nenhuma manifestação da UFPE mesmo tendo o Ministério Público Federal emitido um Termo de Recomendação orientando a minha reintegração.

Nas reuniões com as entidades e movimentos antirracistas a universidade afirmava estar sendo obrigada a cumprir ação judicial e o suposto interesse na manutenção do meu cargo. Diante da justiça a Instituição deixou de agir.

Em 2023 seguimos para o TRF5, *segunda instância*, para um novo julgamento, ou seja, sigo numa batalha que parece não ter fim. No dia 15 de junho, ocorreu o julgamento e mais uma vez enfrentamos uma decisão desfavorável. A Terceira Turma do TRF5 negou minha reintegração à UFPE. O argumento utilizado pelo relator para justificar a decisão foi o de que a UFPE apenas estava cumprindo a decisão judicial, pois meu desligamento seria uma consequência lógica da nomeação da candidata da ampla concorrência. Isso representa uma troca de posições entre pessoas racializadas, um simbolismo muito significativo para nós, pessoas negras, que historicamente enfrentamos barreiras para ocupar diversos espaços.

Em 2021 a justiça determinou a nomeação da candidata da ampla concorrência para ocupar a vaga que havia sido destinada a mim, como cotista. Na época, a justificativa utilizada foi a da regionalidade, de acordo com a interpretação da justiça (da branquitude). Para minha convocação, eles argumentaram que era necessário haver três vagas na unidade do Recife, não necessariamente três vagas destinadas ao concurso como um todo. Argumentamos à época que esse critério era extremamente prejudicial para a aplicação da política de cotas, uma vez que, em concursos públicos com poucas vagas, como é o caso de concursos em universidades de todo o Brasil, esse critério permite que, diante da resistência ainda presente nas instituições, a política de cotas seja sabotada, já que as universidades podem redistribuir os cargos entre suas unidades, escapando da obrigação de reservar vagas para cotistas. Hoje a partir do relatório intitulado “A implementação da Lei nº 12.990/2014: um cenário devastador de fraudes” sabemos que o critério de regionalidade é fraudulento. O mais grave é que esse argumento foi utilizado para desfazer a ocupação de uma vaga já conquistada por uma cotista.

A Lei 12.990 de 2014 prevê que os concursos públicos em nível federal reservem 20% das vagas para pessoas negras. Conforme o relatório, quase 10.000 negras e negros foram barrados de acessar essas vagas na última década. O documento revela que 74% das universidades federais não cumprem as regras, utilizando diversos artifícios para burlar a lei. O mais comum é o fracionamento do cargo, usado para que o mínimo de três vagas para aplicação das cotas não seja atingido. Essa divisão pode acontecer por área, ou seja, com o fracionamento em diferentes categorias e localidades, distribuindo as vagas entre diferentes centros. Eu, vítima da fraude de fracionamento por localidade, tive minha vida devastada com a exoneração. Após a divulgação do relatório, algumas universidades estão buscando a

coordenação da relatoria, intencionando medidas reparatórias. A Universidade Federal de Pernambuco segue em silêncio.

Desenvolvi minha pesquisa alcançada por todo esse processo. A pesquisa com a mulher pescadora possibilitou ver o mesmo estado praticando sua inação, sua ausência, suas irregularidades e fraudes que, de forma sobreposta, incidem negativamente sobre a vida das mulheres negras que somos.

2-Introdução

Historicamente os processos de exclusão social e os negativos impactos ambientais atingem, sobremaneira, a população negra, segmentos da classe trabalhadora e as mulheres, anunciando, assim, que a interseccionalidade (COLLINS, 2021) de raça, classe e gênero é fundamental para entendermos aqueles(as) que estão mais sujeitos a riscos e estresses ambientais e, portanto, em situação de maior vulnerabilidade socioambiental.

Tudo isso tem relação direta com a própria estrutura social, as desigualdades históricas e o tipo de modelo econômico existente no Brasil, que separa a sociedade em classes extremamente desiguais e, também, produz e reproduz, com isso, impactos ambientais negativos provenientes da implantação de projetos privados ou públicos sobre pessoas e grupos marcados pela marginalização de seus corpos e de seu modo de vida (HERCULANO, 2008; ACSELRAD, 2004).

Alves (2009) apud Azevedo (2014) consideram vulnerabilização socioambiental a coexistência, cumulatividade ou sobreposição espacial de situações de vulnerabilidade social e de situações de exposição a risco e/ou degradação ambiental. Azevedo (2014) sinaliza que há cinco décadas aspectos da sociedade capitalista corroboram para a vulnerabilidade das comunidades pesqueiras artesanais.

Diferentes estudos realizados por pesquisadoras(es) (FIGUEREDO, 2013; LIMA, 2002; COSTA, 2010 e 2015; MORAES 2010; NUNES, 2011; DE PAULA, 2020) apontam ou denunciam como processos ligados à urbanização, turismo, especulação imobiliária traduziram-se em investidas do sistema/sociedade capitalista, explorando e/ou expropriando os territórios de morada e trabalho das comunidades da pesca artesanal no nordeste brasileiro. Nas palavras de Neves

> [...] progressivamente esse público (as comunidades pesqueiras) se depara com o avanço do capital sobre seus espaços de vida e trabalho. Esse cenário é aprofundado com a ascensão do capital monopolista que vinculou o Brasil estritamente ao capital estrangeiro com vistas à exportação de commodities. O entreguismo dos recursos naturais para a reprodução do capital significou a possibilidade do capitalismo se reeditar, acentuando os processos combinados de exploração e expropriação, favorecimento das exportações e a expansão da taxa de lucro. Ao mesmo tempo desencadeou a destruição dos recursos naturais sem precedentes, aprofundando os conflitos socioambientais em todo o país (NEVES, 2023).

Essas dinâmicas socioambientais são injustiças ambientais, porque colocam em risco o saber-fazer de uma cultura secular, suas possibilidades de existência em muitas localidades, suas existências socioeconômicas (SILVA; SILVEIRA, 2013). Estima-se que, no

Brasil, a pesca artesanal seja responsável por 70% do pescado, envolvendo mais de um milhão de pessoas (MPA, 2010; 2023).

Diegues (2000) define a pesca artesanal como uma atividade secular, caracterizada como pesca de pequena escala, de baixa/simples tecnologia, realizada no âmbito familiar, em regime comunitário, praticada por homens e mulheres, que realizam a pesca sob a cadência dos ciclos naturais. Ou seja, uma atividade complexa, que entrelaça viés socioeconômico e condições históricas de cada região, dialogando intimamente com as dinâmicas ecológicas encontradas. Esse tipo de pesca está presente em toda a costa brasileira. São pescadoras e pescadores que, apesar de enfrentarem condições adversas de apropriação simbólica e material do seu meio ambiente feita por empreendimentos públicos e/ou privados, acumularam conhecimentos importantes sobre a dinâmica dos ecossistemas marinhos e costeiros capazes, dentre tantas coisas, de proteger esses ambientes (DIEGUES, 2004).

Mesmo sendo uma atividade realizada predominantemente por homens, especialmente as pescarias que se valem de embarcações, o trabalho da mulher pescadora sempre esteve presente ao longo da cadeia produtiva. Inicialmente, elas beneficiavam e comercializavam o pescado e realizavam também confecção e reparo dos instrumentos (MANESCHY, 2000). Em diálogo com Ramalho (2006), diante do aumento das dificuldades socioeconômicas, as mulheres ampliam suas jornadas de trabalho, agora com atividades pesqueiras que geram, de forma direta, produtos de valor de troca (antes se vinculava mais ao consumo familiar, valor de uso). Dessa forma, elas passaram a capturar o pescado, somando esses complexos fazeres a outros vinculados aos cuidados da casa, da família (RAMALHO, 2006).

Assim, além do trabalho na pesca, há o doméstico que fica sob sua responsabilidade, situação essa imposta pelas relações de gênero estruturantes da nossa sociedade. Embora, esteja em um contexto importante, tanto no cuidado familiar como na atividade pesqueira, lidam com a invisibilidade da sua identidade profissional e ausência de políticas públicas que atendam as suas particularidades sociais, culturais e econômicas (MANESCHY, 2010).

Em Pernambuco, são as mulheres, em sua maioria negras, que estão envolvidas no trabalho da pesca artesanal, historicamente. Elas ocupam rios, estuários e mangues, capturando peixes, moluscos e crustáceos (RAMALHO; ANTUNES, 2023). Nesse contexto, a pesca tende a acontecer nas águas mais próximas à costa, de seus lares, conectando fortemente seus territórios de morada e trabalho às dinâmicas ecológicas do ecossistema local; e isso acontece em todo território nacional (MANESCHY, 2010). São mulheres que, além de realizar uma atividade sustentável, contribuem para economia e produção de

alimentação saudável da sua comunidade, para a segurança alimentar de muitas comunidades e de suas próprias famílias (LIMA, 2003).

Ramalho (2006) indica que, no caso do litoral sul do estado de Pernambuco, além de segurança alimentar, as pescadoras também cumprem papel fundamental na geração de renda e preservação dos ecossistemas marinhos e estuarinos. De acordo com dados oficiais do Ministério da Pesca (2023), no Brasil existem mais de um milhão de pescadores profissionais, dentre os quais 49% são mulheres. No caso de Pernambuco, elas representam a maior parte do contingente de pessoas ligadas ao mundo do trabalho da pesca artesanal, isto é, 55% são de pescadoras.

Os movimentos sociais da pesca artesanal, especialmente a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), vem denunciando as injustiças e o racismo ambiental na localidade de Serrambi, município de Ipojuca no litoral Pernambucano, chamando a atenção para efeitos fortemente danosos na vida das mulheres pescadoras artesanais. Em Serrambi, situações que podem ser caracterizadas como racismo ambiental, são realidade desde a década de oitenta - momento em que a atividade veranista vinha se intensificando nesta região. Segundo Macêdo (2012):

> A descoberta das praias do litoral sul iniciou uma significante urbanização da sua orla. Foram implantados de modo sequenciados os loteamentos de segunda residência tradicional[2] (veraneio), dentre os quais figuram [...]Enseada de Serrambi, Ponta de Serrambi e Merepe, em Ipojuca. A partir desses primeiros loteamentos, observa-se o ritmo acelerado de construção, envolvendo, com frequência, aterros de mangue, maceiós e gamboas, destruição de dunas e privatização de trechos de praia através de muros, rampas e outras construções que dificultam o acesso público a essas áreas e impacta negativamente o trabalho da pesca artesanal (MACÊDO, 2012, p.90).

Rica em biodiversidade, Serrambi faz parte do município de Ipojuca e está situada entre o Pontal de Maracaípe e a foz do Rio Sirinhaém, já no limite com o município de Sirinhaém. Desde o ano de 2018 foi decretada a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), unidade de conservação da categoria uso sustentável - a APA Marinha Recifes Serrambi. Após seis anos, apenas o decreto de criação existe; não há sede, conselho gestor, tampouco plano de manejo - algo já questionado pelos movimentos de pescadoras e pescadores, apontado descaso e consequente racismo das gestões municipais.

Há cinco anos, particularmente a partir de 30 de agosto de 2019, o litoral nordestino foi atingido pelo maior derramamento de petróleo (RAMALHO, 2019; 2020) da história. O evento acarretou uma crise socioambiental e econômica sem precedentes para as(os) pescadoras(es) artesanais. Ipojuca foi um dos municípios mais prejudicados, pois a poluição impactou diretamente a renda das famílias pescadoras, afetando a vida das mulheres, que, em

grande número, trabalham com espécies pesqueiras que têm função filtradora (ostra, marisco, sururu etc.), as quais estão entre as mais suscetíveis à contaminação (ARAÚJO, RAMALHO E MELO, 2020; RAMALHO, 2020). Mesmo diante desse quadro, o município, com maior renda per capita de Pernambuco (IBGE, 2022), não desenvolveu até o momento ações direcionadas aos cuidados que a saúde dessas trabalhadoras necessita.

Portanto, visto que somos, direta ou indiretamente, membros de famílias de pescadoras(es) e que a realização deste estudo compreende a participação das pescadoras na manutenção do ecossistema marinho e estuarino, da alimentação de milhares de famílias (assim como as nossas), e a consequente manutenção de nossas memórias e histórias. É, portanto, com as mulheres negras pescadoras que esta pesquisa dialoga no sentido de cuidar, registrar informações validadas por elas e compreender a manifestação do racismo ambiental na pesca artesanal, a partir das suas vivências enquanto mulheres pescadoras do litoral sul de Pernambuco, no município do Ipojuca, na comunidade de Serrambi/PE.

Esta pesquisa é composta por quatro capítulos. O *Capítulo I: Entre redes e margens: pesca artesanal e a manifestação do racismo ambiental - uma breve introdução aos conceitos* traz uma introdução aos conceitos trabalhados neste estudo: o trabalho na pesca artesanal, o racismo ambiental e a interseccionalidade. O primeiro capítulo está dividido em três partes: a primeira trata das características e dinâmicas da pesca artesanal; a segunda explora como práticas discriminatórias afetam a vida e o trabalho das mulheres pescadoras, limitando seus direitos e recursos; e, por fim, a terceira parte discute a sobreposição de opressões vividas pelas pescadoras, considerando gênero, raça e classe.

O *Capítulo II: Mulheres pescadoras: entre existência e resistência*, traça um panorama histórico e contemporâneo sobre as mulheres pescadoras, suas lutas e resistências diante de adversidades, como o derramamento de petróleo, que impactou diretamente suas vidas e modos de trabalho. O capítulo inclui uma discussão sobre o derramamento de petróleo, descrito na seção “entre marés e manchas”, onde são apresentados os impactos ambientais e econômicos desse desastre sobre as comunidades pesqueiras, com ênfase nas mulheres pescadoras de Serrambi.

O *Capítulo III: Encontro e escrevivências de vidas em luta* traz o conceito de "escrevivência", cunhado por Conceição Evaristo (2020), que se refere à forma como as narrativas de mulheres negras são construídas a partir de suas vivências cotidianas. Composto pelas *escrevivências* de seis mulheres pescadoras . Por fim, o *Capítulo IV: Escrevivência nos modos de pescar* foca nas modalidades de pesca praticadas pelas mulheres, destacando os saberes tradicionais e as técnicas utilizadas.

3-Objetivo Geral

Identificar e Compreender os impactos gerados pela tragédia/desastre do petróleo como manifestações do racismo ambiental na vida das mulheres pescadoras de Serrambi, PE.

3.1-Objetivo Específicos

- Acionar a interseccionalidade como ferramenta analítica para pensar a mulher pescadora no contexto do derramamento do petróleo em Serrambi litoral sul de Pernambuco;
- Identificar quais os impactos/ danos causados na vida da mulher pescadora de Serrambi/PE em decorrência do derramamento de petróleo em 2019;
- Identificar experiências que constituem modos de existência de pescadoras de Serrambi.

4- Procedimento Metodologico

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou o método etnográfico baseado segundo (Magnani, 2009) na experimentação e nas vivências, de maneira que possibilitou a descrição minuciosa do possível de ser vivenciado na comunidade. Entre nós, as envolvidas na pesquisa, as observações diretas, as falas e escutas atenciosas encontraram espaços, permitindo relações de confiança, troca de saberes e novos entendimentos. Esta prática etnográfica, seus cronogramas e planejamentos, permitiram ainda apreender as nuances e complexidades nem sempre explícitas nas existências compartilhadas.

De acordo com Matos (2011), através da experiência de campo, a Etnografia coloca a(o) pesquisadora(o) em contato direto com os valores e crenças da comunidade que a pesquisa se relaciona. E a(o) pesquisadora(o) não é vista isenta de suas origens, ao passo que interage com outro grupo cultural. É uma troca mútua e respeitosa. Ambos se tornam sujeitos e objetos dessa troca. O contato/troca ocorre através da observação participativa, que consiste na participação de atividades em grupo, como: passeatas, reuniões, assembleias, formações, como também participar do cotidiano das pessoas, em suas casas, locais de trabalho, em atividades religiosas e outras que são importantes para as pessoas do grupo estudado.

A perspectiva adotada neste estudo compreende as atrizes sociais como entende Magnani, a saber:

> [...] os atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio de usos vernaculares da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, política, vida associativa, estratégias

> de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos, isto é, das estratégias que eles utilizam para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas, através de comportamentos que não são erráticos mas apresentam padrões discerníveis (MAGNANI, 2009, p.8)

A Etnografia parte, portanto, de uma abordagem que busca detalhes do comportamento, seu significado no cotidiano de interação social, analisando o contexto mais amplo em que esse comportamento se insere, revelando que o local não se dissocia do que é regional e/ou mesmo global, fato esse destacado em outros estudos acadêmicos que focalizaram o tema da pesca artesanal com base em caminhos etnográficos (FURTADO, 1993; RAMALHO, 2017)..

Vivi a experiência da pesca artesanal de Serrambi a partir de seis mulheres pescadoras do mesmo grupo familiar. Desde o início da pesquisa moro em Serrambi. As vivências no mar, no mangue, na praça, na praia, em suas casas, em festividades, em manifestações políticas, encontros casuais, somam três anos de envolvimento direto com o cotidiano das mulheres e da comunidade. O ano de 2022 foi o momento que realizei a maior parte das entrevistas e experienciei as atividades pesqueiras.

A interseccionalidade, enquanto sensibilidade analítica, me instrumentalizou a observar o jogo de cintura que as mulheres pescadoras desenvolvem diariamente diante de situações opressivas que a sociedade às impõe. Compreendemos que a perspectiva interseccional possibilita evidenciar o derramamento de petróleo ocorrido em 2019 como um crime ambiental e, também, como uma manifestação de racismo da matriz colonial moderna, o que permite explicar como os impactos negativos afetam desproporcionalmente a vida de pessoas que são, a um só tempo mulheres negras, trabalhadoras da pesca artesanal e mães, historicamente exploradas e expropriadas.

Leitora de Conceição Evaristo, antes e durante o mestrado, me identifiquei com sua poesia, com seu modo de escrever sobre as dores das mulheres negras. Percebi que a escrevivência é a ferramenta adequada para narrar, de forma cuidadosa e sensível, as experiências das mulheres pescadoras de Serrambi. A escrevivência nesta pesquisa traz em si a dimensão ética de uma pesquisa etnográfica, uma vez que acontece com o consentimento das mulheres, respeitado o caráter de confidencialidade e após a explicação dos objetivos da pesquisa.

A etnografia foi desenvolvida ao longo de um ano de acompanhamento, durante o qual participei de diversas atividades no contexto da pesca artesanal da comunidade de Serrambi. Meu primeiro contato foi com Ro, uma das lideranças locais. Conheço-a desde 2018, quando

atuei como sua professora na Educação de Jovens e Adultos. Nossa relação se aprofundou quando passei a residir na referida comunidade.

Minha convivência com as pescadoras incluiu participação em conversas informais na praça, atividades pesqueiras, reuniões da colônia de pescadores e eventos familiares, como aniversários, casamentos e celebrações religiosas. Essas experiências permitiram um maior envolvimento com as dinâmicas sociais e culturais da comunidade, além de fortalecer laços de confiança e afeto com as participantes da pesquisa.

Os contatos diretos com as pescadoras se iniciaram em dezembro de 2022, na principal praça da comunidade durante o verão - época em que elas aproveitam o aumento do fluxo de turistas para complementar sua renda com a venda de alimentos. Nesse período, a praça se torna um ponto central de encontro familiar e social, o que me possibilitou estabelecer vínculos mais próximos e iniciar a imersão na pesca.

A primeira experiência de pesca ocorreu em abril de 2023. Outras pescarias aconteceram entre abril e maio do mesmo ano, sempre acompanhando a dinâmica da maré de pedra. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas ao longo de cinco meses, de fevereiro a junho de 2023, em diferentes contextos, respeitando o ritmo e a dinâmica de cada participante. A primeira entrevista foi com Vera, realizada em dois encontros, ambos em sua residência. A conversa com Ro também aconteceu em sua casa, enquanto a entrevista com Meri foi conduzida via WhatsApp, conforme sua preferência. A entrevista com Dona Lau ocorreu em uma praça movimentada, em meio a conversas e música alta. Nuna foi entrevistada à beira-mar, enquanto organizava seus apetrechos para pesca na maré de pedra. As entrevistas com Salo e Dona Cecília foram realizadas na casa onde residem.

Todas as entrevistas foram registradas por meio de gravações de áudio e/ou anotações. Participaram da pesquisa seis mulheres da mesma família, abrangendo três gerações. Todas são mulheres negras (pretas e pardas), com idades entre 30 e 40 anos, exceto Dona Cecília, que tem 84 anos. Diante de relatos sensíveis, perguntei sobre o uso de nomes fictícios, mas todas consentiram e preferiram que suas histórias fossem contadas com seus nomes reais.

4.1 PROTOCOLO DAS ENTREVISTAS COM AS PESCADORAS

01- Como começou a pescar? (como pai , com a mãe , algum familiar)

1.1- Poderia fazer um breve relato sobre sua história de vida na comunidade?

02- Sempre morou em Serrambi? Você realiza outras atividades além da pesca?

2.1- Qual a principal fonte de renda da sua família?

03- Sobre o crime do óleo, como foi ?

04- Como a comunidade e a liderança comunitária tem se articulado quanto a essa questão?

05- Da sua rotina, o que mudou após o derramamento de óleo?

5.1- O seu trabalho, o modo de vida sofreu alguma mudança?

06- Houve alguma mudança no meio ambiente?

6.1- E o mar, o manguezal qual o significado para vocês?

07- Como os órgãos públicos têm tratado o crime do petróleo?

7.1- E a colônia, qual o papel dela para vocês? A secretaria da mulher municipal? Secretaria de meio ambiente municipal?

08- Na sua família, quem é o (a) principal responsável pelo cuidado da casa, dos mais velhos, dos doentes, das crianças?

4.2 Escrevivendo e coletando dados

Sou natural do município de Ipojuca e pouco antes do mestrado passei a residir em Serrambi nas mediações da comunidade pesqueira que passou a ser minha área de pesquisa e o lugar que escolhi para viver. Isso me possibilitou fazer parte do contexto da comunidade. Para dialogar com as mulheres pescadoras, busquei, primeiramente conversar, com Ro, com quem já tinha uma ligação afetiva há quatro anos, desde o período em que fui sua professora na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir dela cheguei a Dona Lau, sua mãe e às demais pescadoras.

Inicialmente, passei a frequentar a praça onde, nos finais de semana, as pescadoras trabalham na venda de comida. Nesse espaço, era comum encontrar todas ou a maioria delas, porque a praça é um lugar de trabalho e também de convívio da comunidade como um todo. Fazem parte desta pesquisa Dona Cecília, Dona Lau, Salo, Nuna, Ro e Mery. Foram meses acompanhando a dinâmica das mulheres pescadoras na praça até participar da minha primeira pesca com elas.

Foi durante minha primeira experiência de pesca com elas e sua família que recebi a notícia da aposentadoria de Dona Lau. Comemoramos juntas. A felicidade de Dona Lau me fez lembrar a felicidade do meu pai. Ambos compartilham o trabalho arduamente desde a infância, a luta pela tão esperada aposentadoria e a fé. Dona Lau, para comemorar e agradecer sua aposentadoria, promoveu um culto de ação de graças, com relatos emocionantes sobre sua vida na pesca e a pesca em sua vida.

O momento de maior experiência com a pesca artesanal foi ao lado de Salo e Nuna durante a Maré de Pedra - fenômeno da maré baixa que ocorre a cada 15 dias, com duração média de 7 dias cuja principal evidência é a exposição dos arrecifes de corais. Com a possibilidade de ver os arrecifes, a pesca acontece nas piscinas naturais que se formam, chamadas por elas de pesqueiros. Esse é o momento mais intenso da pesca no mar realizada pelas mulheres de Serrambi.

Foram três períodos de maré de pedra, com uma média de 4 a 6 dias em cada um. Com Nuna todo dia era um aprendizado. Muitas vezes deixava que eu descobrisse sozinha o que só se aprende na prática e vibrava com minhas descobertas. Comemorava quando eu fisgava um peixe e se preocupava quando eu passava muito tempo sem sucesso.

Reclamavam quando eu ousava ir onde os peixes malcriados estavam, pois era perigoso, e também reclamavam da minha andada lenta sobre as pedras. Foram vários encantamentos e muito cansaço físico. Três semanas de maré de pedra foram o suficiente para exaustão. Não queria mais pescar, apenas queria ficar perto da sua autenticidade e ouvir suas histórias de força e coragem.

Demorei um tempo para propor a gravação da fala. Não queria quebrar a naturalidade da relação que estabelecemos, além do que era bom vê-la livre. Então, fui anotando o possível com um caderninho de anotações que guardava ora debaixo do chapéu, ora preso a cintura. Nas primeiras anotações/gravações ela retrucava: "Já vem ela com as coisas dela, tu tá escrevendo o que aí, nega?" Eu ria e respondia: "Tua sabedoria." Bastou o primeiro dia com o caderninho na mão para as explicações brotarem espontaneamente: fases da lua, vento terral, tempo de maré, isca, etc.

Foi em um dia claro e azul, em uma das manhãs mais bonitas de maré de pedra, já íntima de nossas histórias, no momento da organização dos apetrechos, avisei que iria iniciar o gravador de áudio. "Já vem ela com as coisas dela". E assim foi. Enquanto organizava os apetrechos, no canto do encontro, com vento e cheiro de mar, gravei suas falas, sua poesia e o entrelaçamento dessas no contar do seu trabalho e da sua intimidade.

No primeiro dia da minha experiência de pesca na maré de pedra, todo o pescado que capturamos me foi doado. Relutei, disse que não precisava, mas não adiantou. Nos dias seguintes, com meu insucesso na pescaria, recebia de todos que notavam a situação dois ou três peixes.

Com Nuna, aprendi o tempo da maré, a esperar sem ansiedade, a compartilhar, a solidarizar com a ação e a organizar os afazeres domésticos, para o dia seguinte ser mais tranquilo. No meu segundo dia de maré de pedra, descobri que pegar isca fazia parte do

processo. Elas pegam antes ou depois da pescaria, o que deixou a atividade para mim mais cansativa.

Em melhor interação com Salo, após participar da pesca, me aproximei de sua mãe, que vive sob seus cuidados, e assim a entrevistei. Conversei com Dona Cecília em sua casa, sentadas na sala. Conversamos por horas, em uma escuta atenciosa e uma vontade mútua de compartilhar a vida. Não me senti confortável em pedir para gravar, pois senti que quebraria a doçura e a integração da conversa. Então, fiz algumas anotações no momento e continuei com mais profundidade a escrita em casa.

Entrevistei Ro e Vera em suas casas. Meri, por sua vez, não quis ser entrevistada pessoalmente; no entanto, a entrevista aconteceu via WhatsApp. Ela argumentou que falar sobre sua relação com a pesca é mexer com seu passado, o que lhe causa dor e, consequentemente, a faz chorar. Ademais, participei dos cultos religiosos, especialmente o culto de ação de graças, casamentos e aniversários.

Tudo isso compôs os elementos de interação e de construção do processo de pesquisa, das escolhas feitas, dos caminhos (possíveis) percorridos.

5-Capítulo I: Entre redes e margens: pesca artesanal e a manifestação do racismo Ambiental - uma breve introdução aos conceitos

5.1 Pesca artesanal

A pesca artesanal é uma atividade milenar já praticada antes mesmo da chegada dos portugueses no Brasil, pois povos indígenas já a desenvolviam há muito tempo como estratégias de suas existências materiais e simbólicas, articulando um modo de vida em profunda simbiose com o ambiente aquático. A pesca artesanal é a soma das vivências indígenas, negras escravizadas/livres e portuguesa pobre, ou seja, uma prática sociocultural e econômica pertencente às camadas populares (DIEGUES, 1983; SILVA 2001). No Nordeste, em particular no estado de Pernambuco, negros livres imperavam na atividade pesqueira no início do século IX ou mesmo antes (SILVA, 2001).

A trajetória de homens e mulheres acolhidas/os por rios, mares, estuários e manguezais constitui a pesca artesanal. As mulheres, segundo Ramalho (2006), se inserem, em alguns casos, diretamente na pesca nos momentos de instabilidade socioeconômicas ocorridas em outros setores econômicos, buscando o setor pesqueiro como *lócus* econômico (geração de renda) e de segurança alimentar para suas famílias; e há outras que fazem parte da própria tradição pesqueira de suas regiões e municípios. Maneschy (2010) observa que a

mulher pescadora exerce dupla jornada constituída ora pelo trabalho em tecer redes, beneficiar pescado, coletar mariscos e algas e pescar nas proximidades de suas casas, ora nos serviços e cuidados em seus lares. São pescadoras que garantem alimento e renda para suas famílias.

São homens e mulheres acolhidos por rios, mares, estuários e manguezais, de onde subsistiram até os dias atuais. A pesca artesanal não é estática e sofre a mudança do tempo que aprimora instrumentos e conhecimentos em uma relação simbiótica com o ambiente marinho e lacustre e com o próprio movimento da sociedade no tempo e no espaço (RAMALHO, 2011). Ademais, contribui para uma economia sustentável, a qual pode gerar alimento e renda para homens e mulheres em toda sua cadeia produtiva, criando um volume e variedade de produtos que abastecem tanto o mercado local e regional, quanto o internacional (um dos exemplos disso é a pesca da lagosta desenvolvida por pescadores artesanais). Como política pública, apoiar e promover a pesca artesanal é uma importante estratégia na erradicação da pobreza, de acordo com a FAO (2009).

Hoje, no entanto, muitas comunidades que dependem da pesca artesanal como meio de renda e alimentação, encontram-se submetidas à pobreza, que, para Lira (2010), Silva e Silveira (2013), ocorre devido à instalação de empreendimentos econômicos de grande porte, causadores de fortes impactos ambientais, em seus territórios originais. Outras questões insidiosas sobre a pesca artesanal são as pressões imobiliárias, o turismo desordenado e a contaminação ambiental.

Para McCAy e Acherson (1987), o que vem ocorrendo são agressões às comunidades tradicionais pesqueiras. Esses problemas já citados evidenciam, de fato, a injustiça ambiental contra as comunidades pesqueiras. Observa-se, ainda, que trabalhadoras(es) da pesca artesanal pertencem às comunidades tradicionais, sendo, em sua maioria, negros e negras. Segundo Herculano (2006) o racismo ambiental

> Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. que têm se defrontado com a 'chegada do estranho', isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expelem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida (HERCULANO, 2011, p. 06).

No entanto, o racismo ambiental - enquanto forma de racismo institucional, já é denunciado pelos movimentos de mulheres pescadoras. Elas relatam que o racismo

ambiental impacta diretamente seu modo de vida. Vê-se, dessa forma, que o mesmo está presente na falta de assistência à saúde, qualidade do ambiente, invasão e restrições aos seus territórios e dificuldades de acesso aos direitos previdenciários (ANP, 2014).

São problemas que revelam a ineficiência ou ausência de Políticas Públicas específicas que atendam suas demandas. É possível ressaltar, aqui, a fala de Eliete Paraguassu, mulher pescadora, líder da comunidade Ilha de Maré na Bahia. Ela indaga "até parece que o estado treina o pessoal para negar direitos pra gente.“ (DOCUMENTÁRIO: MULHERES DAS ÁGUAS 2017).

A fala de Paraguassu denota a posição dela e de muitas outras pescadoras. A interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) entre classe, raça e gênero nos ajuda a entender esse "treino" praticado pelo Estado.

5.2 Racismo ambiental

Benjamin Chavis (1981), ativista do Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos, defende que o racismo ambiental é:

> A discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades decor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação racial é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras (CHAVIS, 1993, apud NASCIMENTO, 2014, p. 43).

Tal conceito surge em um contexto de conflito, quando moradores da comunidade negra de Warren Country, na Carolina do Norte, descobriram que um aterro contendo lixo químico seria instalado próximo à comunidade. Na ocasião, um grande protesto nacional contra o racismo ambiental – como assim chamaram os afroamericanos – foi organizado (LEVINE, 1982). Após essa manifestação popular, estudos acadêmicos constataram desigualdades na distribuição de lixo nos Estados Unidos, e não eram por mero acaso, uma vez que seguiam um padrão de classe, raça e etnia (HERCULANO, 2008).

No Brasil, o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado é expresso na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Na mesma linha, Herculano (2018) define justiça ambiental como um conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo, seja ele étnico, racial ou de população vulnerabilizada receba de forma desproporcional impactos ambientais negativos oriundos de projetos governamentais ou de setores privados.

Nessa perspectiva, a concentração destes tipos de impactos a determinados grupos, como também a ausência ou o não cumprimento de políticas públicas, configura injustiça

ambiental (ACSELRAD, 2009). Quando a injustiça ambiental ocorre nas comunidades racialmente oprimidas, fala-se em racismo ambiental; e isso tomou como base os acontecimentos nos Estados Unidos supracitados, o que fez com que se introduzisse a questão racial nos debates de justiça ambiental.

É possível observar, ainda segundo Herculano (2018), que a discussão sobre justiça e racismo ambiental chega ao Brasil em 2005. Por mais que a academia se proponha a criar conceitos e sistematizá-los, é importante considerar que os mesmos também nascem na sociedade, nos movimentos políticos e sociais, ou seja, eles (os conceitos) alimentam e são alimentados pela dimensão política, porque são ferramentas em (e para) disputas. Dessa forma, é preciso abordar o conceito de racismo ambiental levando em conta sua relação com os fenômenos complexos que acontecem na sociedade, pois é onde se originam e se consolidam.

No território brasileiro frequentemente comunidades racializadas são envolvidas em diversos conflitos provocados pelo modelo predatório de desenvolvimento, como é visto no relatório "Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil", desenvolvido pela Comissão Pastoral da Pesca (2016); e também como é revelado e analisado pelo "Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil" (PACHECO; FAUSTINO, 2013 apud WALTER et. al., 2019).

A problemática do racismo ambiental é central no que se refere à luta das mulheres pescadoras. Elas identificam a interferência deste na conquista de necessidades como: a busca por reconhecimento de doenças ocupacionais; desburocratização dos direitos previdenciários e acesso ao RGP; acesso à terra e água; defesa do território; entre outras (ANP, 2017). Logo, essa configuração do racismo estrutural é reflexo da estrutura do Estado, que invisibiliza as demandas das mulheres pescadoras - sujeitos políticos importantes, presentes em toda costa brasileira.

5.3 Interseccionalidade

Interseccionalidade é um termo criado pelas feministas negras (TRUTH, 1981; CRENSHAW, 1989; GONZALEZ, 1984; HOOKS, 2000) que lutavam por equidade de gênero e raça. Elas buscavam entender por que as mulheres negras estavam na base da pirâmide social, excluídas de acesso a emprego e renda e expostas a mais violência. A conjectura é que as vivências de opressões de raça e gênero se interconectam e produzem desigualdades específicas para as mulheres negras, que se somam às condições de classe social.

Antes mesmo de Kimberlé Crenshaw (1989), jurista feminista e ativista negra, dar luz ao nome no espaço acadêmico em 1989; e Sojouner Truth, também mulher negra, abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres, há mais de um século, especificamente em 1851, proferiu um discurso importante, onde denunciava à dupla opressão enfrentada pela mulher negra.

No que diz respeito ao aludido discurso, ele aconteceu em uma das convenções pelos direitos das mulheres. Essas convenções pautavam principalmente os direitos das mulheres brancas, sem olhar para as especificidades da mulher negra. Truth (1851) disse "Ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens… e nem pular poças de lama… E eu não sou uma mulher?". A mulher negra nunca foi vista como frágil e sensível. A elas couberam estereótipos sexistas e racistas (HOOKS, 2000). Truth foi pioneira em vislumbrar a sobreposição de eixos opressivos e fez um contundente enfrentamento à visão da mulher universal. Há formas e condições distintas de ser, de fazer-se mulher, e uma das maneiras mais significativas para identificar isso é a questão da ético-racial e de classe social.

Na perspectiva da academia, em 1983-1987, Lélia Gonzalez - mulher negra e antropóloga - já articulava as categorias *classe, gênero e raça*. Para a autora, a posição de determinados grupos na base das relações de poder é definida pelos cruzamentos desses referidos eixos e não pelo simples agrupamento ou apenas um eixo, como se atuassem isoladamente.

Dessa forma, Lélia Gonzalez, assim como Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, "metodologicamente" interseccionam raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental" (AKOTIRENE,2019, p. 33), fatores que anunciam a necessidade permanente de combinações e conexões para darmos conta das desigualdades que se apresentam no mundo das mulheres, especialmente das negras.

Ainda na década de 1980, Audre Lorde, Bell Hooks e Ângela Davis, autoras afroamericanas, questionaram o feminismo universal, observando que a mulher negra não era contemplada nas pautas feministas e não estava livre do sexismo no movimento antirracista. Discutiam, também, o sexismo e o racismo vivenciado por elas. No Brasil, a não preocupação com as questões da mulher negra no movimento feminista foi chamado por Gonzalez (1984) de "racismo por omissão".

Portanto, a construção do ideário capitalista de uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos é questionada pela interseccionalidade. Aliás, essa noção de sujeito universal e homogêneo, com uma suposta essência única, é uma forma de naturalizar

os marcos de desigualdades sociais, dentre as quais a de gênero. Assim, a abordagem da interseccionalidade "fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras que posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo" (COLLINS, BILGE, 2020, p. 33).

A compreensão de Davis (2016) a respeito do gênero segue nesta perspectiva. Ela entende o gênero, também, de uma forma interseccional e analisa como ele se entrelaça com outras categorias de opressão, como raça, classe e sexualidade. Para ela, abordagens que lidam com a questão do gênero de forma isolada ignoram as complexas realidades vividas por mulheres de diferentes origens. Para Davis, o gênero não pode ser compreendido sem considerar o contexto histórico e social em que está inserido e enfatiza a importância de entender como o racismo e o capitalismo moldam as experiências das mulheres, particularmente das mulheres negras.

Sueli Carneiro (2019) afirma que nascer mulher e nascer negra no Brasil é nascer marcada pelo peso da desigualdade. Além da dimensão racial, somam-se as desvantagens oriundas da condição de gênero, expondo ainda mais a situação excludente da mulher negra. Ao pensar como as condições objetivas e subjetivas são impactadas, Carneiro chama a atenção para a necessidade do olhar para o feminismo interseccional negro. A autora indaga que: "mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada" (CARNEIRO, 2019, p. 50).

A mulher negra inserida na pesca artesanal, marcada pelo escravismo e a marginalização pós abolicionista, buscou diferentes estratégias de sobrevivência e resistência, e as encontrou nos rios, estuários e manguezais. A exploração e expropriação, características da sociedade patriarcal capitalista, incidem permanentemente na história (de vida) da pescadora artesanal, e hoje, mais fortemente, nos lugares que tanto no passado quanto no presente, são seus lugares de refúgio, de trabalho, de continuidade: os territórios costeiros.

Podemos observar que, tanto a compreensão sobre interseccionalidade, como a de racismo ambiental (conforme estudos anteriormente apresentados), nasceram no seio da população negra. A interseccionalidade, como diz Akotirene (2019), nasce do coração da mulher negra. Uma ferramenta potente de análise decolonial. A autora adverte, que essa categoria científica e também política, não se caracteriza pelo somatório das opressões, mas pela interação da sobreposição de eixos estruturais que atravessam os corpos e os condicionam a sistemas de opressão específicos. Logo, condições que posicionam e reorientam subjetividades são, na verdade, experiências moldadas pela interação de classe, gênero e raça, naturalizadas através do sistema opressor do capital.

Dados estatísticos (IBGE, 2010) mais recentes mostram como a desigualdade social está atrelada às questões raciais e escancaram a discriminação presente na divisão social do trabalho, no desemprego desigual e na diferença salarial entre brancos e negros. Os dados trazem, também, uma informação interseccional de gênero e classe, ao localizar a mulher negra na base da pirâmide econômica. Há de se constatar que elas são as que têm o menor salário, ocupam espaços de trabalhos com menor prestígio social, estão ausentes nos espaços de poder e decisão, quando não estão desempregadas (RIBEIRO, 2015; ALMEIDA, 2018).

Acionar a interseccionalidade para pensar a mulher e contexto da pesca artesanal é expor a trágica trajetória de opressões produzidas pela sociedade/Estado, as quais se configuram como racismo ambiental, produtoras de injustiças ambientais que precisam ser reparadas e findadas.

6-Capítulo II - Mulheres pescadoras: entre existência e resistência

As mulheres pescadoras atuam na pesca embarcada em lagos e no alto-mar (ROSA, 2013; SILVA e ADOMILLI, 2020), assim como na pesca em rios, represas, mares, manguezais, estuários (RAMALHO, 2022); são responsáveis pela construção e/ou reparo de embarcações de pequeno e médio porte; dominam artes manuais inerentes à atividade pesqueira como a confecção e reparo de apetrechos como redes, corricos e uma variedade de armadilhas (MARTINS, 2013; VIEIRA, 2014); realizam os processos de beneficiamento e comercialização do pescado e costumeiramente assumem atividades domésticas ou dos cuidados.

Segundo estudos de Maneschy (2000) e Martins (2013), a mulher pescadora sempre, como já frisamos, esteve presente em toda cadeia produtiva na pesca artesanal. Apesar disso, é comum, no imaginário social, a figura do homem como o (único) sujeito da pesca artesanal, o que faz com que o trabalho da mulher pescadora seja visto, ainda hoje, como uma extensão do trabalho doméstico. Na realidade das pescadoras artesanais no Brasil atual, ainda predomina a divisão sexual do trabalho que reproduz a responsabilização pelo trabalho doméstico à mulher pescadora (VIEIRA, 2014).

Nessa perspectiva, segundo Lima (2003), fazem parte da rotina da mulher pescadora os cuidados com casa, filhos e, muitas vezes, familiares mais velhos, o que exige que ela acabe tendo que conciliar e adaptar esses afazeres às circunstâncias climáticas e às mudanças das marés, condições determinantes para que elas realizem sua jornada fora de casa (MARTINS, 2013). Muitas vezes, elas também são responsáveis pela transmissão de conhecimento, pois, pela inexistência de creches na maioria das comunidades, precisam levar

seus filhos e filhas para o trabalho e acabam sendo as principais responsáveis por instruí-los e inseri-los na tradição pesqueira (MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES, 2012).

As duplas, triplas jornadas de trabalho exercidas pela mulher pescadora é resultado da divisão sexual do trabalho constituinte da sociedade patriarcal capitalista brasileira e, consequentemente, perpassa muitos espaços da pesca artesanal, reproduzindo invisibilidades, não reconhecimento e até condições desumanas[1] às mulheres pescadoras, seja na cadeia produtiva desta pesca, seja nas políticas públicas elaboradas pelos entes federativos voltadas à mulher pescadora.

Por isso diversas lutas são encampadas constantemente por movimentos da pesca artesanal, entre eles a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) fundada em 2005. Estudos (ANP, 2014; CPP, 2015; ANP, 2017) apontam que, nas últimas quatro décadas, as mulheres pescadoras têm registrado um papel fundamental nos movimentos sociais. Uma das conquistas é a Lei 11.959/2009, que reconhece atividades praticadas majoritariamente pelas mulheres pescadoras como pesca artesanal

> Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, explotação e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.
>
> Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009).

Os referidos enquadramentos legais são resultados das mobilizações das mulheres, que ampliaram a concepção da pesca e abriram/abrem espaços para os reconhecimentos do trabalho feminino na pesca artesanal e direitos previdenciários (MANESCHY; ÁLVARES, 2010).

A organização e mobilização das mulheres no âmbito da pesca artesanal alcançaram outras conquistas como o direito à carteira profissional, a presidir colônias e a participar em espaços de decisões, fatos esses que tiveram o estado de Pernambuco como pioneiro, particularmente quando mencionamos o trabalho desenvolvido pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) através da freira Nilza Montenegro nas décadas de 1970, 1980 até meados do decênio de 1990 (RAMALHO; SANTOS, 2020).

> No final da década de 1970, após ocupação realizada pelas mulheres do prédio da Sudepe (em 1978), em Recife, são emitidas pelo órgão as 12 primeiras carteiras de pescadoras no Brasil um ano depois (em 1979), sendo todas para as mulheres de Itapissuma. Assim, com a freira Nilza Montenegro, da Pastoral dos Pescadores, e o

[1] Como a exploração laboral, falta de segurança no trabalho, longas jornadas sem o devido reconhecimento ou compensação financeira, além da exposição a riscos ambientais e físicos, como o trabalho em condições insalubres e perigosas, sem o apoio adequado do poder público (SILVA, 2019).

> seu trabalho junto às mulheres trabalhadoras da pesca de Itapissuma, em parceria com o padre Badú e o frei Alfredo Schnuettgen, teve início, no País, o processo de reconhecimento oficial da atuação profissional das mulheres na pesca e, consequentemente, de extensão dos direitos trabalhistas a estas, antes uma prerrogativa apenas dos homens. Começou-se a construir o elemento da autodeterminação na consciência e no cotidiano sócio-político da categoria, transparecidos na dinâmica reivindicativa e, fundamentalmente, na participação popular, que passava a expor e colocar suas demandas ao contrapor-se às condições objetivas existentes (desigualdade e dominação) para depois buscar transformá-las (RAMALHO; SANTOS, 2020, p. 12).

São elas, as mulheres pescadoras, que atualmente levantam discussões sobre a existência do racismo ambiental na pesca artesanal, denunciando que os problemas socioambientais presentes de forma desproporcional nas comunidades pesqueiras estão diretamente atrelados ao racismo institucional e a ausência de políticas públicas que atendam às suas demandas. Essas vozes têm defendido que, ao se analisar o conceito de justiça ambiental para a pesca artesanal, é preciso considerar o fator racial que configura o racismo ambiental.

Sousa (2011), em seu estudo sobre a comunidade pesqueira urbana da região metropolitana do Recife, Ilha de Deus, analisou a interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial. A pesquisadora aponta que o Estado contribui para a manutenção e agravamento de vulnerabilidades sofridas por pessoas negras, o que incorre em racismo institucional, quando é omisso ou incapaz de tomar medidas que superem tais condições. (SOUSA, 2011).

A autora classifica o racismo ambiental como uma forma de racismo institucional, que se configura nos locais que são destinados para os corpos negros, os quais, em sua maioria, estão sujeitos à insegurança ambiental, econômica e social, aos impactos oriundos dos resíduos industriais danosos aos ambientes em que vivem e trabalham as mulheres pescadoras (SOUSA, 2011).

Dessa forma, é possível visualizar que a mulher negra, pescadora artesanal, seu modo de vida passado de mães para filhas e filhos e suas lutas confrontam, atualmente, com o modelo hegemônico do desenvolvimento o qual potencializa os casos de racismo ambiental no território pesqueiro através da expropriação territorial, da poluição, de ações que resultam na degradação ambiental e na escassez do pescado. Pacheco (2006) afirma que este modelo desenvolvimentista trata pessoas como objetos, descartando-as quando as percebem como obstáculos à economia.

Quando estamos falando das realidades das pescadoras de Pernambuco, particularmente em Serrambi, em Ipojuca, estamos falando, acima de tudo, de mulheres negras, que, diante da vulnerabilidade histórica, encontraram formas de resistir e existir em

relações com os rios, estuários e mangues. São mulheres fundamentais para a continuidade da atividade pesqueira porque são elas que apresentam o mundo das águas, em primeiro momento, aos mais jovens (meninas ou meninos, seus filhos). Além da pesca artesanal, trabalham ainda como comerciantes, catadoras e diaristas.

Estas mulheres, há décadas, sofrem os efeitos do racismo estrutural e ambiental resultantes das políticas das três esferas que até o momento gerenciaram de forma ativa a expansão do veraneio, a construção de hotéis, resorts, pousadas em área de marinha e de forma ausente e/ou sem observar as necessidades da mulher pescadora o derramamento de petróleo, e mais recententemente a covid-19.

6.1 Derramamento de Petróleo : entre marés e manchas

Em 2019, o litoral nordestino foi atingido pelo maior derramamento de petróleo da história do Brasil. As manchas de petróleo invadiram praias, mangues, estuários e rios, atingindo mais de 20.000 pescadores e pescadores em Pernambuco (FOLHA de Pernambuco, 2019). Esse evento, classificado como desastre/crime pelos Movimentos de Pescadores e Pescadoras, causou danos à saúde, à economia e aos espaços de vida e trabalho de muitas comunidades pesqueiras (FREITAS et al., 2023).

O evento acarretou uma crise socioambiental e econômica sem precedentes para as/os pescadoras/os artesanais. A poluição impactou diretamente a renda das famílias pescadoras, afetando a vida das mulheres, que, em grande número, trabalham com espécies pesqueiras que têm função filtradora (ostra, marisco, sururu etc.) e que estão entre as mais suscetíveis à contaminação (ARAÚJO, RAMALHO E MELO, 2020; RAMALHO, 2020; RAMALHO e SANTOS, 2024). O habitat natural de tais espécies é o manguezal, o que o constitui como espaço laboral de muitas pescadoras, mulheres consideradas, segundo Eliete Paraguassu, “guardiãs desses territórios”.

O manguezal é um ecossistema presente no encontro do rio com o mar, em uma mistura de água doce com salgada. O solo, restrito em oxigênio e rico em enxofre, possui um cheiro característico, além de ser um ambiente abundante em nutrientes, graças à alta decomposição de matéria orgânica. As vegetações possuem raízes específicas que buscam oxigênio atmosférico e garantem sustentação no solo lodoso e proteção para animais pequenos contra seus predadores. As raízes também servem como contenção das ondas, evitando processos erosivos (FERNANDES, 2016). É um ambiente tranquilo para a alimentação e reprodução de diversas espécies, um berçário natural e fonte de nutriente também para o oceano. Ou seja, os manguezais são ecossistemas com características vitais

para a existência de diversas espécies e outros ecossistemas associados, como o estuário e o oceano.

Dessa maneira, por esse ser o habitat natural de espécies importantes na dieta alimentar consumidas e comercializadas pelas comunidades pesqueiras, a agressão ao manguezal coloca em risco tanto o meio de renda e a saúde das mulheres pescadoras, uma vez que, para pescar, precisam estar com seus corpos imersos nas águas.

No começo de 2020, uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco em 9 estados nordestinos indicou que 40,4% dos pescadores relataram que estuários e/ou manguezais foram atingidos, enquanto 67,5% relataram queda de renda causada pelo petróleo nas praias. A redução da renda média entre pescadores e pescadores foi de 37,8%. (CARTA DE REPÚDIO CAMPANHA MAR DE LUTA, 2021). Especialistas alertam o quanto é difícil a limpeza nos manguezais, pois a pouca movimentação das águas dificulta o escoamento do petróleo, que pode ficar impregnado no solo lodoso e nas raízes de sua vegetação e ali permanecer por anos.

Nos ecossistemas costeiros, os efeitos do derramamento de petróleo podem persistir a médio e longo prazo, a recuperação pode demorar de dois a dez anos e, em ambientes com baixa circulação de água e renovação como os manguezais, podem durar vinte e cinco anos (JOYE, 2015). O derramamento do Golfo do México, uma das maiores tragédias de derramamento de petróleo em ambiente marinho causado pela explosão da plataforma marinha Deepwater Horizon em 2010, durou oitenta e sete dias para contenção (JOYE, Idem).

Na época do desastre, estudos mostraram que a pesca artesanal naquela região foi imediatamente interrompida (BEYER, TRANNUM, BAKKE, HODSONH, COLLIER, 2016). Em 2020, a Oceana (uma das maiores ONGs para a conservação dos mares) divulgou dados alarmantes referentes à algumas espécies. Segundo a ONG, cinco anos após a referida explosão, a população de baleias Bryde diminuiu 22%. O caso mais grave está registrado em populações de peixes, camarões e lulas que desapareceram em 85% (MARCON, 2020).

Correia (2019) afirma que, devido à complexa composição do petróleo, com presença de compostos tóxicos como o benzeno e HPAs, os danos ecológicos vão desde a diminuição na densidade de populações de espécies alvo até a mortalidade. Há também o acúmulo de contaminante na massa corpórea das espécies importantes para comunidade pesqueira, o que coloca em declínio a qualidade das espécies de peixes capturados. Em todas as fases de extração, transporte, refino e consumo, o desenvolvimento do petróleo atinge a pesca artesanal de várias formas. Há impactos ambientais e aqueles ligados à saúde causados pela contaminação do solo, da água e do ar e das próprias comunidades que têm o ambiente

costeiro como seu meio de vida e trabalho. Elas foram e são as mais prejudicadas (ANDREWS, 2009).

A Nigéria, ignorada pela opinião pública mundial, sofre com vazamento de petróleo há mais de 50 anos. Derramamentos constantes de petróleo bruto e subprodutos ocorrem em diversas regiões do país, causando danos ambientais e sociais, devido à contaminação da água e do solo no Delta do rio Níger (ELUM, MOPIPI, HENRI-UKOHA, 2016). Muitos manguezais morreram, deixando diversas regiões impróprias para pesca, principal atividade de muitas comunidades locais (OBI, 2014). Um estudo recente feito por um grupo de cientistas da Universidade de St. Gallen, na Suíça, relaciona várias mortes infantis no país à contaminação do petróleo (FURST; BELLO, 2017).

Em Gana, os pescadores após terem seus espaços invadidos por projetos petrolíferos, participam da cadeia produtiva do petróleo, em trabalhos pouco remunerados e de baixo interesse social. As mulheres, por sua vez, lidam com a poluição, falta de emprego e exploração sexual. Há relatos de que com a escassez das espécies comerciais, as mulheres, que, em sua maioria, são responsáveis pela venda, são assediadas a trocar peixes por "favores" sexuais (OBENG-ODOOM, 2014).

Aqui, no Brasil, os danos do crime do petróleo na vida das pescadoras foram imediatos. Informações iniciais veiculadas pelos meios de comunicação sobre a contaminação dos pescados afetaram diretamente a comercialização dos produtos que sustentam as famílias dessas mulheres, comprometendo a venda até de produtos capturados antes mesmo da tragédia. Sem apoio do poder público, muitas delas se submeteram às águas contaminadas (ou possivelmente contaminadas em algumas localidades) e continuaram na pesca, arriscando sua saúde, pois precisavam, no mínimo, se alimentar, além de terem que dar assistência aos familiares que tiveram a saúde prejudicada pelo petróleo (VOZES DA PESCA ARTESANAL, 2021).

Quando o ambiente adoece, as pessoas da comunidade que se relacionam com esse ambiente também adoecem. E, dentro da lógica patriarcal e sexista que destina o trabalho do cuidado doméstico às mulheres, são elas, na maioria das vezes, as responsáveis pelo cuidado dos adoecidos. (FURTADO, 2021). Elas, portanto, ficam ainda mais sobrecarregadas.

Frente a todos os impactos que alcançam os manguezais e consequentemente a vida da pescadora, o racismo ambiental fica evidente quando, diante de um contexto de derramamento que até hoje gera consequências à mulheres pescadoras, a conduta dos atuais governos se restringiu a operacionalizar, de maneira descuidada, a destinação de auxílios.

O auxílio pecuniário emergencial instituído pela Medida Provisória 911/2019 (BRASIL, 2019), meses após a tragédia, não beneficiou completamente as/os trabalhadoras/es da pesca afetadas/os pelo derramamento de petróleo na costa brasileira, deixando sem assistência até mesmo pessoas que apresentaram o Registro Geral de Pesca (RGP), documento cuja função é identificar a pescadora e o pescador artesanais. Vale salientar que, o cadastro deste registro está desatualizado desde 2012, impedindo o acesso de muitas/os pescadoras/es às políticas públicas (REIS‑FILHO e QUINTO, 2020).

Ademais, mesmo as localidades que não foram atingidas pelo petróleo, as repercussões negativas no comércio do pescado, em decorrência do receio do mercado consumidor dos produtos pesqueiros estarem contaminados, atingiu a todos e todas, provocando quedas expressivas nas vendas de maneira universal; e particularmente no caso das marisqueiras, em várias situações, esse recuo do mercado alcançou até 100% das vendas, segundo estudos de Ramalho e Santos (2021; 2024).

Investigações da Polícia Federal, que se encerraram em dezembro de 2021, apontaram, como responsável pelo derramamento criminoso do petróleo, um navio de bandeira grega, cuja empresa não teve o nome revelado (BRASIL, 2023). Seus proprietários, comandante e chefe de máquinas foram indiciados pelo crime ambiental.

A Comissão Parlamentar de Inquérito responsável por investigar a origem das manchas de petróleo e as ações dos órgãos competentes, além da busca por medida mitigadora e compensatória, foi encerrada no mês de abril de 2021 sem conclusão alguma. A justificativa, para o encerramento, foi a perda, pelos deputados, da data limite imposta pelo regimento da Câmara. Uma justificativa banal diante de uma investigação de extrema importância social, ambiental e econômica, sobre um crime que tem a comunidade pesqueira como a principal vítima (CARTA DE REPÚDIO CAMPANHA MAR DE LUTA, 2021).

Os movimentos organizados de pescadores e pescadoras artesanais, de ambientalistas e de organizações de luta por Direitos Humanos, reunidos na Campanha Mar de Luta, divulgaram, por meio de uma carta, suas preocupações e repúdio ao encerramento da CPI do Óleo. Da mesma maneira, em denúncia apresentada por pescadoras de Pernambuco e por organizações da sociedade civil, em 2020, foi criado o "Manifesto Coletivo Pela Vida e Pelos Direitos das Pescadoras Artesanais", no qual passaram a chamar esse desastre de “crime do petróleo”. Denunciaram também a inoperância do governo federal, estadual e municipais, assim como relacionaram o crime ao racismo ambiental. O racismo ambiental como forma de racismo institucional, já é denunciado pelos movimentos de mulheres pescadoras (CPP, 2015), antes mesmo de ocorrer esse desastre/crime.

Com base em pesquisa realizada com base na aplicação de 266 questionários junto às comunidades pesqueiras, nos meses de junho e julho de 2022, de cinco municípios da Região Metropolitana do Recife (Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife), que receberam a classificação de Litoral Metropolitano de Pernambuco, os cientistas sociais Ramalho e Antunes mostraram, nos resultados do estudo, a combinação do desastre do petróleo com o racismo ambiental, isto é:

> Toda essa situação, inclusive de abandono por parte dos poderes públicos, potencializou o agravamento das consequências do desastre do petróleo na vida dos Povos da Pesca Artesanal do Litoral Metropolitano do Recife, reforçando e atualizando as marcas históricas das desigualdades e injustiças sociais. Assim, os pescadores e pescadoras artesanais, na sua imensa maioria pretos e pretas, continuam a sentir a violação de seus modos de existir e,com isso, a presença do racismo ambiental em seu cotidiano, que agora ganha a forma de petróleo com suas substâncias nocivas de injustiças socioambientais (RAMALHO e ANTUNES, 2023, p. 221).

Questionar a presença do racismo ambiental no desenvolvimento econômico vigente, anula a ideia de impactos ambientais universais, onde todos são responsáveis pelos impactos ambientais negativos e todos sofrem independente de origem, raça, gênero ou classe (ACSELRAD et al., 2009). Bullard (2004) não nega que há um impacto global por se tratar de um sistema interligado - terra, agua e ar -, mas identifica que os impactos ambientais negativos não têm uma dimensão proporcional entre os povos, principalmente no Brasil, marcado por um passado escravocrata, cujas consequências para o povo negro perduram até o dia de hoje, expressos nas estatísticas sobre violência, renda e educação. Vale sempre ressaltar que o Brasil foi o último país das Américas a abolir o escravismo. A mulher negra, dessa forma, vítima do racismo e do sexismo, está nos piores índices comparada à mulher branca e ao homem negro (CARNEIRO, 2011).

Nesta ótica, diante da constante ameaça dos locais de vida e trabalho das pescadoras, a luta por justiça ambiental ganha muita força nas reivindicações dos movimentos organizados da pesca artesanal, facilmente constatáveis nos relatórios reivindicatórios da 3ª conferência da pesca (realizada em Brasília, em 2019). As pescadoras lutam por habitação, saneamento, contra o desmatamento dos mangues, contra invasão imobiliária não planejada ambientalmente, como portos e estaleiros. Ao reivindicarem justiça ambiental, elas denunciam o racismo ambiental manifestação do racismo estrutural, ambos presentes nos impactos e na conduta/omissão do Estado.

Figura 1: mão de voluntário coberta de petróleo[2]

Foto: Pedro de Paula/ Foto Arena/ Estadão Conteúdo.

Figura 2: retirada do petróleo por voluntários[3]

[2] **G1**. Estado notifica 66 casos suspeitos de intoxicação de pessoas que tiveram contato com óleo em praias. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/10/31/estado-notifica-66-casos-suspeitos-de-intoxicacao-de-pessoas-que-tiveram-contato-com-oleo-em-praias.ghtml. Acesso em: 20 out. 2024.

[3] **G1**. Trinta toneladas de óleo são recolhidas em praias de Pernambuco neste sábado. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/10/19/trinta-toneladas-de-oleo-sao-recolhidas-em-praias-de-pernambuco-neste-sabado.ghtml. Acesso em: 20 out. 2024.

Foto: Bruno Campos/ Jc imagem/ Estadão Conteúdo.

Figura 3: retirada do petróleo por voluntários

Voluntários retiram óleo de arrecife na praia de Muro Alto, em Ipojuca — Foto: Luna Markman.

Figura 4: Petróleo retirado da praia de Serrambi

Fonte: foto de Ro (acervo pessoal).

Figura 5: Mancha de petróleo em Serrambi

Fonte: foto de Ro (acervo pessoal).

7-Capítulo III: Encontro e escrevivências de vidas em luta

Para narrar as histórias das pescadoras de Serrambi, aproximei-me da "escrevivência" de Conceição Evaristo. A "neutralidade acadêmica" não possibilita um ambiente confortável para narrar as histórias destas mulheres, que, em vários momentos, se relacionam com a

minha própria história. Escreviver me permite compartilhar, transitar entre nossas dores e sabores. Permite escrever com sensibilidade a história dos nossos.

A escrevivência ecoa as experiências de nós, pessoas negras marginalizadas indo além da escrita tradicional, permeando-se de significados profundos relacionados à identidade, resistência e memória coletiva (EVARISTO, 2020). É um jeito preto contemporâneo de contar, registrar, escrever a partir da memória e da vida vivida e refletida. Seguindo nessa direção, esta pesquisa documenta nossas experiências e as oralidades ancestrais e atuais. Por isso, a pescadora Ro nos narra sobre a força de sua família:

> "Minha vó é um espelho que eu tento me espelhar, é uma mulher forte, mãe de filhos e filhas pescadores. Dona de casa, esposa de pescador que criou 19 filhos. Ela pra mim é uma mulher forte"(Ro, agosto de 2024).

7.1 Dona Cecília - "minha vida dava uma novela, minha fia"

Conversei com Dona Cecília em sua casa, sentadas na sala. Dialogamos por horas, em uma escuta atenciosa e uma vontade mútua de contar sobre a vida. Como já externei em momento anterior, não me senti confortável em pedir para gravar, senti que quebraria a fluidez e integração da conversa. Então, fiz algumas anotações no momento e continuei com mais profundidade a escrita em casa.

Dona Cecília, 80 anos, mulher negra de pele clara, pescadora, mãe de dez filhos, entre homens e mulheres do mar, guarda uma longa história com a pesca artesanal realizada na comunidade de Serrambi, sendo parte concreta da memória e transformações deste território há mais de 60 anos.

Natural de Palmares, zona da mata sul de Pernambuco, Dona Cecília tem uma trajetória de vida marcada por fugas, em busca de trabalho e de vida digna. "Perdi minha mãe ainda menina" (DONA CECÍLIA, junho de 2023). Com a ausência da sua mãe, ainda criança, e alcançada pelas violências que costumeiramente incidem sobre a mulher negra, alternava entre a moradia do pai em Palmares e a do irmão em Recife.

Em meio às angústias, a promessa de trabalho feita por um homem 40 anos mais velho, surge como alternativa. Foi forçada a morar com este homem num arruado esvaziado, com apenas uma vizinha, na zona rural de Pernambuco, em terra usineira. Sobreviveu cinco longos anos com o homem da promessa, com quem teve três filhos: José (morreu com apenas três meses de nascido), Roberto (seu filho/parceiro da próxima fuga) e Maria (nascida quando Roberto tinha dois anos de idade).

Dona Cecília era deixada sozinha por dias a fio frequentemente. Nos momentos de abandono tinha como rede de apoio a luz do candeeiro e a sua fé. Candeeiro e a fé foram as

únicas testemunhas no nascimento de Maria. Não foi por falta de apelo, quando durante todo o dia, ao sentir sinais do nascimento, implorou ao seu companheiro/abusador que não a deixasse sozinha, de nada adiantou o apelo. Seu companheiro/abusador a deixa novamente sozinha, desta vez preste a parir.

Munida de sua fé, no entardecer de um dia ensolarado, cuidou do seu pequeno Roberto, forrou um lençol em um canto da casa e sob a luz do candeeiro, sozinha, pariu - um parto rápido que lhe aliviou da dor e do medo. Após alguns meses do nascimento, decide não continuar vivendo com tanta violência. Foge mas não consegue levar consigo a pequena Maria, deixando-a com a única vizinha daquele arruado.

Com seu filho Roberto e sem destino caminhou uma longa distância, e ao anoitecer buscava abrigo/ hospedaria e comida nas fazendas que encontrava no caminho. Realizava trabalho doméstico como forma de compensação. Em uma dessas hospedagens, já bem longe do arruado, foi encontrada pelo ex-companheiro/abusador, que saiu a sua procura. Foi intimada a voltar para casa sob ameaça de um facão.

Apesar de protegida pelo dono da fazenda na qual se encontrava, neste momento Dona Cecília compreendeu que jamais poderia voltar e buscar sua pequena Maria, que se eternizou em seu coração em saudades e nas rezas diárias. Não voltou, como violentamente desejava seu ex-companheiro/abusador, e só teve notícia de Maria quinze anos depois, quando soube que ela estava em boas mãos, e que morava em São Paulo. A notícia de sua filha trouxe alívio à vida que seguiu com menos peso e receio.

Conheceu José Petrúcio, homem negro retinto, pescador, nascido e criado em Serrambi. Com ele, se casa e segue em busca de uma vida tranquila. O casal viveu da pesca artesanal e morava em uma casa de taipa nas margens do mar. Dona Cecília, além de observar e se apropriar das formas de organização das mulheres que já viviam da pesca naquela localidade, organizava a pesca em seu lar.

A economia e manutenção do lar e da pesca estavam sob responsabilidade de Dona Cecília. A dedicação e cuidados da casa, o beneficiamento e comércio do pescado e reparos/compra de jangada estiveram todas sob sua atuação, enquanto José realizava a pesca em alto mar com sua jangada simples. Essa trajetória mostra a riqueza do trabalho da mulher na pesca e seu valor na reprodução social da própria família. Quando o pescado capturado não era suficiente Dona Cecília comprava de outros pescadores que tinham, embarcação motorizada e iam mais longe, para o alto mar.

Por suas atividades se misturarem aos cuidados da casa e por serem diferentes da captura do pescado em alto mar, ainda hoje, munida de sentimentos do passado, ela não se reconhece como pescadora.

A vida menos sofrida se deu no ritmo da maré. Os peixes eram comercializados na feira no centro do Ipojuca. Acordava cedo, adiantava os afazeres domésticos, deixava as filhas mais velhas responsáveis pelos cuidados dos mais novos. O feijão, o açúcar, a farinha e a "mistura" eram comprados logo após o fim da feira. Ao todo, com seu José, foram 9 filhos. Entre eles estão Dona Lau, a mais velha, Nuna e Salo.

"Minha vida dava uma novela, minha fia", diz Dona Cecília Sua trajetória de luta pela sobrevivência caberia facilmente nos livros da escritora Evaristo Conceição. É uma história que, como a autora mesma diz, "não serve para ninar a casa grande" (CONCEIÇÃO, 2024, online).

Dona Cecília, que já morou na beira mar, atualmente reside na Avenida dos Pescadores - principal via de trânsito da comunidade, que fica a quase um quilômetro de distância da praia. Esta avenida funciona como um "cinturão", segregando a faixa territorial "dos ricos" de um lado, e a área destinada à comunidade do outro. Perto da praia/ mar, estão as casas de veraneio, pousadas e resorts. Do outro lado da avenida, em direção ao manguezal, estão as residências daqueles/as que nasceram e cresceram na comunidade, homens e mulheres em sua maioria pessoas negras.

O distanciamento entre o mar e as residências da comunidade se configura enquanto um dos obstáculos para o cotidiano das mulheres pescadoras de Serrambi, visto que, durante a "maré boa", é necessário percorrer quilômetros entre as "casas dos ricos" até chegar ao local de pesca. Pensando que a pesca para essas mulheres não se resume ao ato de pescar, mas engloba o beneficiamento, a comercialização e, ainda, as jornadas de trabalho antes e após a pesca, os espaços a serem percorridos representam mais desgaste e vulnerabilização.

Apoiados em Lira (2010), Silva e Silveira (2013) podemos observar que Dona Cecília assim como as(os) demais pescadoras e pescadores da comunidade Serrambi, enfrentam uma condição de pobreza, que guarda relação com à instalação de empreendimentos como os hotéis, resorts e o "condomínio" dos ricos, causadores de fortes impactos ambientais, nos territórios pesqueiros originais. Outras questões insidiosas são a pressão imobiliária, o turismo desordenado e a contaminação ambiental (o Derramamento de Petróleo de 2019 é o caso mais midiatizado e de grandes proporções). Podemos refletir que essa pobreza enfrentada pela comunidade pode está intensificada diante da ausência governamental.

Os estudos de McCAy e Acherson (1987) nos permitem pensar que Dona Cecília e seus pares sofrem evidente injustiça ambiental a qual, segundo Acselrad (2009) se configura racismo ambiental pois a comunidade pesqueira (majoritariamente negra) sofre há décadas uma concentração de impactos negativos e ausência ou o não cumprimento de políticas públicas.

Em relação a identificação enquanto trabalhadora/pescadora, quando as mulheres estão envolvidas no beneficiamento e na comercialização do pescado, são frequentemente vistas como auxiliadoras de seus companheiros, como podemos identificar na escrevivência de Dona Cecília. Maneschy (2013, p. 42) em seu estudo, observa que "o fato das pescadoras combinarem atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes no mesmo tempo e lugar, também contribui para obscurecer essa condição de trabalhadora" O não reconhecimento da identidade trabalhista da mulher pescadora é reflexo de uma estrutura social patriarcal que historicamente promoveu e ainda promove a divisão sexual do trabalho.

Na atividade pesqueira, essa divisão ainda se manifesta na dualidade entre quem vai para o mar e quem fica em terra. Os homens, costumeiramente vistos como fortes e corajosos, "desbravam" o mar/alto mar, enquanto as mulheres, cuidadoras das casas e dos filhos, realizam o trabalho da pesca em ambientes mais próximos de suas residências, como rios, estuários e manguezais.

A dualidade na qual Dona Cecília esteve inserida: o marido, o pescador forte que desbravou o mar/alto mar; ela, a suposta auxiliar e cuidadora da casa e dos filhos, denota a estrutura social patriarcal (MANESCHY, 2000) e da divisão sexual do trabalho, conforme aponta (VIEIRA, 2014).

7.2 Dona Lau - "tenho minha pesca, minha fia, vou lá apanhar de macho"

A primeira vista, uma mulher séria, observadora, mas em pouca conversa, sente-se a doçura e resiliência de sua existência. Dona Lau, mulher negra de pele clara, pescadora, 57 anos, mãe de 12 filhos, dos quais 9 estão vivos. Sua aposentadoria finalmente saiu após uma intensa luta e espera, pois, como ela afirma, "A gente é pobre, né, minha fia, se fosse rico já teria resolvido".

Com a presença da pesca, resistiu a abusos e múltiplas violências. Ao decidir pôr fim à relação abusiva vivenciada com seu primeiro companheiro, foi ameaçada por ele com uma faca. O "livramento" para Dona Lau, veio em uma luta corporal quando ela consegue se soltar e encontra abrigo nos braços de sua mãe que conhecia bem as dores da violência doméstica.

Atribui o livramento à sua autonomia advinda do trabalho da pesca" tenho minha pesca, minha fia, vou lá apanhar de macho" (DONA LAU, maio de 2023).

Comercializando mariscos na feira conheceu seu segundo companheiro, que era seu cliente e sempre comprava mariscos na feira. O encontro com esse amor perdurou por dez anos, e dele brotaram sete filhos. Seu companheiro, no entanto, foi acometido por uma enfermidade, vindo a falecer, deixando-a sozinha com os filhos. Esses foram os momentos mais difíceis, já que com as crianças muito pequenas não podia pescar. Viveu dias de ausência, ausência de amor, ausência de comida e ausência de condições básicas de humanidade.

Foi durante minha primeira experiência de pesca com ela e sua família que recebemos a notícia de sua aposentadoria, pela qual comemoramos juntas. Dona Lau, para comemorar e agradecer sua aposentadoria, promoveu um culto de ação de graças, com relatos emocionantes sobre sua vida na pesca e a pesca em sua vida.

Relatou em seu culto de ação e graça, que sem a pesca, passou meses, senão anos dependendo de doações para poder alimentar-se e alimentar seus filhos. Foi a comunidade que a manteve viva. Ora um familiar, ora um vizinho, ora um irmão da igreja. Nessa penúria diversas vezes questionou sua fé. Com a ajuda "ficava numa felicidade grande e também em uma tristeza. Felicidade porque mataria a fome dos meus filhos e tristeza porque para comer precisava de ajuda" (DONA LAU, abril de 2023).

Houve um dia em que passou mal e desmaiou. Socorrida, ouviu do médico que o problema era ter passado da hora de comer. Rapidamente pensou "Está sendo difícil me alimentar uma vez por dia, imagine na hora certa" (DONA LAU, abril de 2023). Mas apenas respondeu: "Está certo, doutor". "Como eu poderia dizer ao doutor que não tinha comida, que fazia dias que não comia direito e que não havia comida para mim e para meus filhos? Que remédio ele passaria?"(DONA LAU, abril de 2023).

Outro dia um amigo da família chegou bem na hora do almoço. Envergonhada por não ter o que oferecer, e o amigo percebendo que não haveria almoço naquele dia, lhe pediu um saco e saiu, dizendo que voltaria mais tarde. Ele retornou à tardezinha com o saco cheio de cana de açúcar. "Chupar a cana foi a comida do dia. Descasquei e coloquei os pedacinhos nos pratos dos meninos. Eles comeram, beberam água e dormiram."(DONA LAU, abril de 2023).

As coisas só melhoraram com a pensão pela morte do marido e quando pôde levar suas crianças, agora já um pouco crescidas, para a pesca. São lembranças tristes que ela ressignificou em solidariedade. Dona Lau não suporta ver alguém enfrentando privações

socioeconômicas: "faço o que posso para ajudar, se preciso, peço aos familiares e amigos, mas jamais deixo de fazer algo sabendo que alguém passa por dificuldades"(DONA LAU, abril de 2023).

Dona Lau aprendeu a pescar com o pai José Petrúcio aos sete anos de idade. Sendo a filha mais velha de casa, além da pesca realizava os afazeres domésticos e os cuidados com os menores. Crescida, trabalhava como diarista de forma complementar; mas quer ser conhecida e reconhecida apenas como mulher pescadora.

> Desde pequena, vi Nívia, meu pai que ia pescar e levava eu. Eu tinha uns sete ano de idade. Ele ia pescar com pulsar na beira do rio, pegar isca pra pescar no mar. Ai ele levava eu… ele com o pulsar e eu pra segurar o samburá e o candieiro, ia de noite. Quando a gente ia pra pegar a isca dele, no outro dia, ele saia bem cedinho, de madrugada pra ir pescar. Pronto... eu fui crescendo… aí ele me ensinou a pescar siri, aratu. Fui aprendendo, fui saindo com as mulher mais velhas, sabe? Ia no meio também, porque elas me ensinava a pescar ... ai pronto (DONA LAU, junho de 2023) .

Altiva e elegante, de corpo esguio, convicta de sua história, é uma mulher corajosa e lutadora. Dona Lau é detentora de um conhecimento ancestral importante para a conservação do ambiente marinho. Mesmo aposentada, insiste em pescar: "Sempre bate uma saudade, mas as meninas não deixam". Dona Lau se refere ao cuidado de suas filhas que consideram os riscos da atividade pesqueira para uma mulher em sua idade.

Fora estudante da Educação de Jovens e Adultos até 2023. Sonha em poder ler e escrever fluentemente de maneira formal: “É lindo quando uma pessoa sabe ler e escrever, até mesmo escrever uma carta”(DONA LAU, junho de 2023). Seu desejo pelo saber formal influenciou seu atual companheiro com quem teve três filhos e que agora é, também, seu companheiro de sala de aula.

> Ô Nivia, eu voltei a estudar porque eu quero aprender a escrever, porque eu leio mais não escrevo. Não sei escrever… eu quando vejo o povo escrevendo assim .... me dá vontade de aprender a escrever tão grande. Eu fico assim… meu Deus … é tão bom a gente ter uma coisa na mente e pegar um lápis, uma caneta e escrever; mandar uma carta pra alguém, né não? Eu mermo não faço isso porque não sei escrever (DONA LAU, junho de 2023).

Dona Lau, guardiã de um conhecimento histórico vivo, transmitido de geração em geração pela tradição oral, mantém uma conexão profunda com o meio ambiente: rios, estuários, mangues e mares que a nutriram com saberes valiosos para a preservação ambiental.

Em 2021, o sofrimento enraizou-se em seu peito desde as primeiras notícias na mídia sobre o derramamento do petróleo e a chegada deste em Serrambi. A situação lhe causou grande angústia e preocupação. Sabia o quanto a impossibilidade de pescar poderia afetar sua vida e a de sua comunidade. Orou incansavelmente para que as manchas não chegassem à

praia. Diante da chegada do petróleo, mesmo sem saber as consequências, esteve na retirada e limpeza das manchas que invadiu seu lugar de vida e trabalho. “A correria começou na madrugada”, conta ela. Lançou-se, ao lado dos seus familiares e vizinhos, para proteger seu território.

O fato de Dona Lau, parentes e vizinhos monitorarem a chegada do petróleo, se deslocarem até a praia nas primeiras horas do dia e se lançarem nas águas para retirar quilos de substâncias prejudiciais à saúde sem aparatos de proteção foram e são atitudes de um grupo social que se percebe sem apoio governamental, ao ver seu ambiente de trabalho comprometido e consequentemente a manutenção da sua vida.

Um Estado cujo poder de ação é lento e/ou inexistente quando se trata de proteger e cuidar de grupos sociais específicos, seus ambientes e suas culturas, escancara o racismo estrutural e ambiental da sua governança. Para Silvio de Almeida (2018, p. 25), o racismo é um sistema estrutural, pois "[...] é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, resultando em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertençam". Essa análise revela como o racismo está enraizado nas instituições e nas normas sociais, afetando, de diversas formas, a vida das pessoas de grupos socialmente marginalizados, vulnerabilizados historicamente.

A ausência do poder público, no âmbito das três esferas (federal, estadual e municipal), diante do desastre ambiental de 2019, potencializou prejuízos às mulheres negras pescadoras de diversas comunidades, principalmente do litoral nordestino brasileiro. Essas manifestações do racismo podem ser percebidas em momentos da vida de Dona Lau. A fome e a morosidade na obtenção de direitos já adquiridos pela categoria mostram a ausência de políticas públicas específicas que abordem as interseções entre gênero, raça e trabalho na pesca.

A partir das compreensões de (AKOTIRENE, 2019 ; GONZALEZ, 1982), vemos a experiência de Dona Lau - mulher negra pescadora, como única e atravessada por combinações complexas de marcadores socioculturais e políticos, o que pesa a urgência da abordagem interseccional ao considerar sua vivência e identidade, principalmente na construção de políticas públicas do Estado.

7.3 Ró - “Ficávamos completamente sujos de óleo”

Ró começou a pescar aos sete anos de idade após o falecimento do pai e ver sua mãe muito “sufocada” com sete filhos para criar. Na pesca, acompanhava sua irmã mais velha “aí,

então, eu ia com ela pro mangue pra pescar; ela já pescava… Eu tive que ir com ela pra poder me alimentar e ajudar a alimentar meus irmãos" (RO, maio de 2022).

Quando criança, presenciou seu avô, pescador artesanal, sendo escoltado por capangas até a vila dos pescadores. Neste dia, José Petrúcio estivera pescando onde ele construiu toda sua trajetória de vida e trabalho. Neste lugar, em 2000, foram fixadas placas indicando a proibição da prática da pesca artesanal, sob a justificativa da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Serrambi. A cena do avô escoltado e as ameaças sofridas pelos pescadores é uma mágoa latente na memória de Ró.

A pesca desempenha um papel crucial na economia familiar de Ró. Boa parte da sua renda é oriunda desse trabalho. Sua habilidade em preparar pratos típicos, a partir de frutos do mar, nutre sua família e gera uma fonte estável de renda. A comercialização local de sua culinária pesqueira representa parte significativa do sustento da família.

Sua história enquanto mulher negra pescadora de Serrambi é marcada, também, por seu ativismo em defesa do território, do ecossistema marinho, da comunidade e da pesca artesanal. Ciente de seus direitos sobre o território, está em constante luta contra aqueles que tentam subjugar as relações da comunidade com o mar.

Por sua íntima e cuidadosa relação com o território costeiro, ela compreende que enfrenta diversos desafios que há anos persistem e aflige a comunidade da pesca. Tais desafios - característicos do racismo ambiental, como a especulação imobiliária e ameaças são enfrentados pela organização de Ró e suas companheiras pescadoras. Seu maior desafio, no entanto (segundo ela), foi o derramamento de petróleo em 2019. Junto com sua família, lançou-se ao mar para retirada deste sem qualquer equipamento de proteção. Sobre essa situação relata:

> O óleo chegou aqui em agosto de 2019. Naquela época, ainda não havia rumores sobre vazamentos de óleo, mas já encontrávamos óleo na praia de Serrambi enquanto pegávamos berdigão na areia. Ficávamos completamente sujos de óleo, precisávamos tirar aquelas manchas com as mãos. Lembro como se fosse hoje, em outubro, no dia 19, quando tudo começou. Embora tenha começado em agosto, foi em outubro que os rumores e as redes sociais começaram a mostrar aquela imensa mancha de óleo. No entanto, estávamos lidando com isso desde agosto, tendo contato direto com ele (RO, dezembro de 2023).
>
> Ficamos monitorando a praia, do Pontal de Maracaípe ao Pontal de Sirinhaém e ao Pontal da Barra. Por volta das 5h da manhã, recebemos a notícia: o óleo chegou em Enseadinha, chegou no Pontal de Maracaípe. Saímos correndo, chamei meu sobrinho, minha filha, acordamos todos: vamos lá. Saímos sem tomar café, pegamos algumas luvas e sacos de ração que tínhamos conseguido no dia anterior e fomos para lá. Começamos a recolher o óleo. Quando a prefeitura enviou sua equipe, e depois o pessoal do exército, já eram umas 9 ou 10 horas da manhã, e nós já estávamos lá. A prefeitura estava monitorando? Não! Quem estava monitorando éramos nós, pescadores e algumas pessoas aqui de Serrambi (RO, dezembro de 2023).

Após o derramamento e a retirada do petróleo, seguiu-se uma batalha sem precedentes. Inúmeras vezes Ro foi à prefeitura defender os seus direitos e cobrar reparação, porém, até os dias de hoje, nenhuma reparação ou monitoramento de saúde ocorreu. Esta voz pescadora é crucial na luta contra o racismo ambiental, pois consegue frear parcialmente os ataques à comunidade daquela localidade. Essa voz feminina ecoa a resistência dela, de seus antepassados e das(os) demais membros da pesca artesanal. Ró - filha de Dona Lau e neta de Dona Cecília, reflete em nós, Vozes-Mulheres de Evaristo (2017)

> A voz de minha filha
> recolhe todas as nossas vozes
> recolhe em si
> as vozes mudas caladas
> engasgadas nas gargantas.
> A voz de minha filha
> recolhe em si
> a fala e o ato.
> O ontem – o hoje – o agora.
> Na voz de minha filha
> se fará ouvir a ressonância
> O eco da vida-liberdade.

Essa(s) voz(es) do território de Serrambi sofrem ameaças em seu direito de ir e vir, em seus direitos básicos e até ameaças de morte. Em 2023, a associação de moradores de Serrambi, denominada "associação dos ricos" por algumas pescadoras (devido à ausência de moradores nativos), colocou manilhas para obstruir algumas ruas de acesso à praia. Essa postura encontra respaldo no decreto municipal nº 886/2022.

As tentativas de afastar a comunidade da praia e, consequentemente, a pescadora de seu espaço de trabalho, é histórica e remonta à década de setenta. A meio século, a mulher pescadora de Serrambi vivencia conflitos provocados por um conluio de interesse político-econômico formado pela(o): poder público (em sua ausência e arcabouço normativo em favor do empresariado ou veraneio); associação dos ricos (criando barreiras para obstruir o acesso a praia); o empresariado do turismo (com discurso de sustentabilidade cujo inimigo é a pesca artesanal), constitui o racismo ambiental segundo Chavis (1981).

7.4 Vera - "toda mulher tem esse problema ... toda mulher que pesca tem"

> Quando meu pai estava doente em cima da cama, a gente passou muita necessidade, agente chegou a comer farinha com coco porque não tinha comida. Ele doente**,** minha mãe não podia trabalhar porque cuidava dele, a gente tudo pequenininho, eu era a mais velha, né, de todas, né. Tinha que ajudar com mainha, né, cuidar das meninas pequenininhas; mainha muitas vezes ia pra o hospital com ele … ai a gente passava necessidade… Chegou um tempo que a gente ia comer coco verde … bebia água e ia dormir e quando não era isso a gente comia farinha com coco ou macaxeira com coco e ia dormir; e teve um homem um tal de negão que hoje ele nem é mais vivo mais. Ele viu que a gente tava passando por tanta necessidade … que ele foi pegar cana escondido do vigia … Trouxe um saco de cana pra gente chupar, se

> alimentar daquela água e pronto ir dormir … nessa época que meu pai adoeceu ...ninguém saiu mais pra pescar(VERA, fevereiro de 2023).

Ainda criança, Vera precisou cuidar da casa e dos irmãos com o adoecimento e hospitalização do seu pai. Acordar cedo, cuidar dos afazeres domésticos, das refeições diárias, eram rotina em sua vida de menina. Por muitas vezes acompanhou com seus irmãos a sua mãe na pesca. Foi com sua mãe e outras mulheres mais velhas da família e da vizinhança com quem aprendeu a pescar. Aliás, essa é uma dinâmica comum e típica das comunidades pesqueiras artesanais, do trabalho feminino (MANESCHY, Idem). Com a morte do pai, sua mãe retoma a vida na pesca.

> Depois de muito sofrimento, né, de muito sofrimento, aí pronto, a gente começou a pescar. Voltou nossa rotina como sempre, né, ai a gente foi *cresceno* nesse ramo e até agora, eu e minhas irmãs toda, e até agora todo mundo pesca, e é aquilo "o que for da pesca a gente tá pescando, não tem esse negócio, não!" (risos) (VERA, fevereiro de 2023)..

Vera é a filha mais velha de Dona Lau. Mulher negra retinta, 45 anos, mãe de cinco filhos, estudou até a quinta série do supletivo. Concilia o trabalho da pesca com o trabalho doméstico remunerado em casas de veraneio. Do chão de sua casa, observa a maré, já que mora no manguezal, compreende as dificuldades de residir neste ambiente, mas segue grata pela sua moradia. Gosta do vento e do cheiro da manhã.

Para ela, a pesca é essencial na sua vida. No entanto, há dois anos que não consegue pescar. Vera queimou a perna direita durante o trabalho de beneficiamento do marisco, enquanto preparava o fogo para cozinhar e retirar as conchas. O fogo se alastrou por sua perna e, desde esse acidente em 2022, luta pelo auxílio doença.

> Com esse acidente não fui mais pescar e até agora tô sem pescar. O pé dói … uma queimadura de 3º grau … não consegui nenhum auxílio trabalho, o advogado que tá lutando ainda; tá esperando a decisão do INSS e não vai ser aqui no Cabo não, vai ser em Recife … a perícia (VERA, fevereiro de 2023).

A morosidade na obtenção de direitos já adquiridos pela categoria é fruto do racismo institucional (ALMEIDA, 2018)e da ausência de políticas públicas específicas que abordem as interseções entre gênero, raça e trabalho na pesca. Isso contribui para a falta de reconhecimento e apoio adequados às pescadoras, especialmente aquelas que enfrentam discriminação racial.

A respeito da saúde, Vera identifica, entre as maiores queixas das mulheres pescadoras, as dores de colunas e candidíase: "Toda mulher tem esse problema ... toda mulher que pesca tem, você cuida, toma remédio, mas com o tempo volta de novo, porque a mulher tá ali com as partes dentro da água (VERA, fevereiro de 2023).

De voz calma e paciente com a vida, Vera cultiva sua fé e trava uma luta constante pelo direito ao seu auxílio doença e por uma educação de qualidade para seus filhos. Com dois filhos matriculados na escola municipal, enfrenta a precariedade educacional do município.

É possível perceber, na conversa com Vera, a trajetória do trabalho de cuidado imposto às mulheres da família, uma responsabilidade presente em todas as fases da vida da mulher. Observa-se também como a impossibilidade da atividade pesqueira coloca a família em uma situação de maior vulnerabilização socioeconômica.

O conhecimento de Vera sobre doenças que acometem a saúde das mulheres pescadoras é uma problemática social já sinalizada pela Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Em documento elaborado por esta organização, a exposição aos raios ultravioleta, a poluição marinha e os acidentes com animais são apontadas como questões que impactam o trabalho da pescadora artesanal. No caso das marisqueiras, há ainda o contato com o fogo, calor e fumaça, assim como problemas ergonômicos provocados pela posição na realização do trabalho e movimentos repetitivos (ANP, 2023).

Além das doenças apontadas por Vera, a partir do derramamento de Petróleo em 2019, Pena (2020,p.02) registra que pescadoras e pescadores podem desenvolver comorbidades físicas e mentais provocadas devido a exposição - "por ingestão, absorção pela pele e inalação", aos componentes do petróleo. Ainda segundo Pena (2020, p.03), três meses após o desastre/crime "o Ministério da Saúde não acionou medidas de emergências relativas às ações de saúde".

Em Ipojuca, mesmo após o derramamento de petróleo e a pandemia, até o corrente ano, são inexistentes ações concretas voltadas aos cuidados desse grupo social, conforme a fala das pescadoras de Serrambi e informação colhida através da entrevista realizada neste mestrado junto a profissional da Secretaria de Saúde do município. Esse fato também é mencionado em alguns estudos acadêmicos (RAMALHO e ANTUNES, 2023; RAMALHO e SANTOS, 2024).

7.5 Meri- " vontade era de limpar logo para que tudo voltasse ao normal"

Meri, mulher negra de pele clara, filha de Dona Lau e mãe de duas filhas adolescentes. É a mais jovem entre as pescadoras com quem conversei. Estudante da Educação de Jovens e Adultos, sonha em cursar administração. Para conciliar sua atividade na pesca, ela também vende roupas e sapatos em uma pequena loja instalada no terraço de sua casa.

Estive com Meri e sua família na pesca de rede, foi minha primeira experiência de partilha do mar com as mulheres pescadoras de Serrambi. O diálogo sobre vida na pesca, sua pesca na vida, no entanto, aconteceu via *WhatsApp*, já que ela não quis falar pessoalmente. Argumentou que falar sobre sua relação com a pesca é mexer com seu passado, o que lhe causa dor e, consequentemente, a faz chorar.

Todos os questionamentos para entender melhor sua vivência com a pesca foram respondidos por escrito, sem nenhum áudio, portanto, sem nenhum embaraço na voz. A tristeza também está presente quando se fala do derramamento de petróleo em 2019. Ao questioná-la sobre sua participação na limpeza e seu conhecimento sobre os perigos da substância para a saúde, ela respondeu: “Foi todo mundo daqui de casa; a vontade era de limpar logo para que tudo voltasse ao normal” (MERI, março de 2023).

Meri aprendeu a pescar aos sete anos com seu avô, mãe e irmãs mais velhas, após a morte de seu pai e a família passar por dificuldades financeiras. Sobre esse período de dificuldade ela também compartilhou: '

> Logo em seguida meu irmão perdeu uma visão minha mãe tinha que tá indo pra hospital com ele e comigo porque quando eu era criança com meus 6 7 anos de idade tive um probleminha de saúde nunca descoberto pelos médicos Isso requer muito da gente. A gente tinha que se virar nos 30, era pescador catando latinhas e vendendo castanha pra juntar algum dinheiro pra ajudar mainha. Minha mãe e com o meu avô que me ensinou tudo o que sei hoje sou muito grata a Deus pois eles foram sempre nosso guiar no aprendizado da vida (MERI, março de 2023).

Ao ser perguntada a respeito do sentido do mar, do manguezal em sua vida, Meri responde de forma direta: “Vida!”. Com isso, Meri mostra que apesar das dores do passado e do presente, a pesca, para ela, é a vida em essência. A vida que engloba a existência, a ancestralidade, o carinho pela mãe e pelo avô, e a resistência. “Você já parou pra olhar que eu estou viva porque eles me sustentaram?” (MERI, março de 2023)

A precarização da saúde emocional das pescadoras é tema de estudos científicos em diversas áreas de conhecimento (GOMES, 2012; MARTINS, 2015; MOTA, 2021; MÜLLER, 2014) e pauta da Articulação Nacional das Pescadoras (2023). Segundo Mota (2021), a saúde para essas trabalhadoras está relacionada com o equilíbrio entre a saúde física e psicológica.

Meri, assim como as outras escreviventes, revelam através de suas falas, os impactos sócio-emocionais que alcançam a vida das trabalhadoras da pesca. A gestão do derramamento de petróleo (2019) e da pandemia da COVID-19 (2020 a 2023) por governanças racistas, precarizou potencialmente a saúde das pescadoras. A materialização do racismo, tanto institucional quanto ambiental, é a inexistência, até hoje, de políticas públicas municipais de saúde voltadas ao cuidado desse grupo.

7.5 Salo - “prefiro minha pesca"

“Se eu pudesse eu só vivia socada na água pescando, no mar pescando, tanto no mar como no rio, como no Mangue, enfim… eu gosto muito de pescar, mas hoje não tô mais podendo pescar, né? Porque não tô mais com aquela saúde que eu tinha antes, né?”(SALO, junho de 2024)

Com problemas de coluna e labirintite, Salo lamenta não poder pescar com a mesma intensidade de antigamente. Acometida por doenças laborais, ao acompanhar as dificuldades de suas companheiras para acessar o auxílio-doença, nunca buscou obter tal direito. Segue na pesca até os dias atuais, apenas quando o corpo permite.

Mesmo com as consequências do trabalho árduo e a instabilidade da atividade, foi com a pescaria que garantiu a manutenção da vida. “deu pra comprar minhas coisinhas, graças a Deus, Deus não tem deixado faltar nada, entendesse?”(SALO, junho de 2024). Atribui tudo o que conquistou na vida à sua pescaria.

Enxerga a pesca “como se fosse um jogo, tanto faz você pegar uma quantidade boa ou, de uma hora para outra, não pegar uma quantidade boa"(SALO, junho de 2024). Foi com a vida no mangue, nos rios e mares que criou seus filhos e resistiu às intempéries da vida.

De voz calma e carinhosa, cheia de vida e sonhos, mulher negra, pescadora, mãe de dois filhos e avó de dois netos. Salo é paciente na arte da pesca e cautelosa com a maré. Na pesca de maré de pedra, está sempre nos lugares mais tranquilos.

Salo, assim como muitas pescadoras de Serrambi, também concilia o trabalho de pesca com o de diarista nas casas dos “ricos”. Com sua experiência de vida, recusa ofertas exploratórias: “Prefiro minha pesca"(SALO, junho de 2024). Salo aprendeu a pescar aos sete anos de idade, com as mais velhas e hoje, é companheira inseparável de Nuna, sua irmã.

A pesca artesanal identificada por Salo como “minha pesca” é preterida em relação a outras formas de trabalho. As doenças laborais e a desassistência governamental de décadas em relação a esta trabalhadora, não impedem uma identificação de Salo com o trabalho através do qual constituiu condição de vida para ela e familiares. Intempéries da vida como dificuldade para acessar auxílio-doença ou a instabilidade da pesca, que aparentam ser consideradas por ela como naturais, são, na compreensão de Akotirene (2019) condições que posicionam e reorientam subjetividades, experiências moldadas pela interação de classe, gênero e raça dentro do sistema opressor do capital.

7.6 Nuna - “minha pesca não me traz esse tipo de angústia”

> Passava a noite todinha, chuvendo e a gente jogando tarrafa… chuvendo e a gente jogando tarrafa; aí quando a gente chegava em casa, mais roxa do que uma beterraba, aí eu fazia o que? Me sentava, botava a bacia entre as pernas, pegava duas tainha daquela grande, tainha do oio preto, descamava, tirava o sangue da espinha, dava uma enxaguada bem enxaguada, ia lá no fogão de lenha, porque não tinha fogão a gás, dava doi assopro lá, juntava a brasa, junta os pau, dava doi assopro… o fogo pegava e eu botava a panela em cima do fogão. Botava uns tempero, ajeitava e deixava lá cozinhando. Eu dizia: enquanto você tá cozinhando aí eu vou tomar um banho. Tobava água, tomava banho de cabeça - eu já tava toda molhada mermo de cabelo de tudo. Eu tomava um banho, me enrolava na toalha, quando eu chegava lá, o peixe ja tava cozinhado (risos). Tirava o peixe, colocava dentro de outra panela. O molho botava no fogo, fazia um pirão mexido, fazia café… Ai eu botava três pratos: um pra mim, um pra pai e um pra mãe. “Mãe!? ou mãe!? Mãe!? ou mãe!? Vamos comer um pirãozinho de farinha? Já tá feito, já tá no prato… Or!”. Aí eu, mãe e pai de madrugada comendo, minha fia. Comendo tainha e pirão mexido, cada cá com um copo de café. Aí quando eu terminava de comer, aí eu me deitava, quando era 5:30 eu tava de pé, eu dormia o que? Nada. (NUNA, abril de 2023)

Mulher, preta, autêntica, com fala direta e objetiva, mestra da pesca, na sua concepção e consciência da ecologia das águas, desafia as ondas e o ritmo da maré, está sempre nos lugares mais perigosos, porque é onde estão os "peixes mais malcriados". Mulher de fé, mãe de três filhos e seis netos, de corpo baixo e forte, do mar e do manguezal, em dia de pesca, só a maré a expulsa; é sempre última a sair, o que causa preocupação em seus familiares e amigos, adjetivando-a de afoita.

Em seu corpo político e diante da dificuldade presente no trabalho da pesca, já conciliou sua pescaria com o trabalho doméstico remunerado, o qual não gosta de lembrar e muito menos voltar a exercer. Guarda na memória falas de acusação da casa da patroa, “minha pesca não me traz esse tipo de angústia” (NUNA, abril de 2023)

> Pra trabalhar na casa dos outros pra levar essas coisas que nunca fiz que eu não mereço? A pesca não me traz esse tipo de angústia, graças a Deus! Se eu pegar (peixes), eu agradeço a meu Jesus, se eu não pegar, eu agradeço … agora trabalhar na casa dos outros?! Mulé! Depois disso eu nunca mais trabalhei pro outros… Eu arranco caranguejo no braço, eu faço tudo de dentro do mangue. Eu faço tudo na beira da praia … Ganho meu dinheiro honesto como sempre eu ganhei. “Ali tem uma faxina pra tu fazer. Óia! … vão te pagar mil conto!" Faça bom aproveito! Fique com ela … Não quero não. Quero não rapaz! Quero não, nega! Quero não! (NUNA, abril de 2023).

A vivência na pesca, além de possibilitar-lá não trabalhar para o veraneio, a deu condições de se livrar de dois casamentos considerados abusivos. Numa das situações compartilhadas por ela, já caia a noite quando as ameaças começaram. As violências verbais eram frequentes. No entanto, naquele dia, diante de uma tentativa de agressão física, Nuna reagiu deixando seu agressor desacordado. Tempo de pegar a filha, alguns pertences e fugir para longe. Atravessou um rio de águas enchendo, com sua filha na cacunda e mesmo

sabendo dos riscos. Sabia no entanto, olhando para as margens, para água e sua vegetação que havia tempo de atravessar antes que perdesse pé. Foi assim, conectada aos saberes das águas que chegou ao outro lado da margem.

No segundo encontro com o amor, a violência também se fez presente, mas não demorou para sair da relação e deixar para trás a casa que tanto lhe custou para construir: “Tenho minha pesca , minha fia, não dependo de macho nenhum” (NUNA, abril de 2023)

Seu atual companheiro, com quem divide uma vida de cuidado e respeito, “chegou primeiro” em seus sonhos: "Deus veio avisar para eu não desacreditar do amor". Com Daniel, homem negro, retinto, trabalhador com quem refez a vida, são dez anos de casamento, que, diante da realidade, precisou se adaptar à vida guiada pela maré de sua companheira, que está mais para o mangue do que para casa. Atribui à pesca a base de sustentação para seus filhos,

> Eu criei meu filho na pesca, viu!? Eu criei meu filho comendo siri, goiamum, caranguejo, aratu, farinha misturada com coco, raspava coco misturava com farinha, comia com peixe assado e café. Comia aquela farinha de coco com caranguejo, com goiamum, com siri, aratu, lambe-pau, marisquinho, marisco-açu, tudo isso eu pescava. Eu só... Eu criei meus filhos, minha filha... Quando Daniel veio me conhecer, eu já tinha criado meus filhos. Pegava perdigão, era assim, tinha dias que... muitas e muitas vezes não tinha *nadica* pra comer. Aí eu vinha, pescava, preparava, fazia pros meus filhos comerem. Eu nem comia, porque se eu fosse comer, meus filhos não iam ter. Pros meus filhos, eu, macaca véia, tinha que ficar com fome. Eu tinha que dar aos meus filhos, porque meus filhos vieram pro mundo porque eu procurei. Eu vou encher minha barriga e deixar meus filhos com fome? Não! Aí eu enchia a barriga de todos três. Muitas vezes não tinha nada pra comer, sabe o que eu comia? Eu fazia café, botava no caneco, botava açúcar, mexia e depois botava farinha dentro... Aí meus meninos comiam pirão de café (NUNA, abril de 2023).

Num momento em que estivemos saindo de uma maré (de uma pescaria), Nuna partilhou a situação de abuso sexual que sofreu quando criança. Em sua fala, relatou: “A maré só não me livrou do *estrupo* (NUNA, abril de 2023)”. Na ocasião, saindo igualmente de uma maré, teve seu corpo de menina arrastado. Acordou ensanguentada, entre os coqueirais e uma vala de matos. Demorou alguns segundos para entender o que acontecera e mais alguns segundos para recordar o rosto do agressor, que era morador da comunidade.

Até hoje, de tudo o que já conseguiu perdoar na vida, ainda carrega o ódio daquele tormento. Na época, não pôde falar com ninguém, pois é convicta até hoje de que, além de não acreditarem nela, ainda a acusariam. Em suas palavras, teve que lidar com essa dor que se alojou em seu peito e com a presença do agressor por anos na comunidade.

Diante de tantas violências sociais, a maré e a pesca são base de sustentação para Nuna. Vê a pesca não só como uma ocupação árdua, mas também como momentos de lazer. Com ela vão os amigos a quem ensinou a pescar. Em alguns momentos, seguindo a dinâmica

da alta estação e festividades em Serrambi, concilia o trabalho da pesca, com a venda de comidas na praça. Vende produtos de seu trabalho, como caldinho de sururu, caldinho de polvo entre outros e comidas tradicionais, como canjica, bolo e milho cozido, mas esses dependem do acesso aos materiais e do período do ano.

Essa dinâmica de trabalho de Nuna foi brutalmente impactada com o derramamento de petróleo: “A gente ficou com receio de pescar, ví?! A pesca diminui porque a gente não podia *vim* pescar e outra, se a gente vinha pescar, ninguém queria comprar a pesca - o povo ficou com receio de comprar a pesca … ia pescar pra quê? Pra deixar lá acumulado é? (NUNA, abril de 2023).

> Ô nega aquele óleo atentou até no mangue também vi, a atentou na praia, atentou no Mangue, foi uma coisa triste aquele óleo. Afetou a gente. Quando o óleo chegou no mangue, porque é assim : em tudo que a maré enche…aí só enche levando pra dentro dos canal né quando entra pra dentro dos canal entra pra dentro do mangue, aí até os Aratu ficou rim de pegar, … então a gente pegava aratu, pegava Siri, caranguejo, eu mesmo minha fia, eu fiquei sem vender, né? …ninguém queria ta comprando o quebrado do aratu , muita gente perdeu a pesca, eu mesmo perdi minha pesca, muita gente perdeu a pesca, porque também ele afetou no mangue. (NUNA, agosto de 2024).

Sem seu pescado e sem pessoas na praia para comprar seu produto, recorreu a venda de manuê para a própria comunidade. Manuê é um bolo ancestral feito em casa de farinha utilizando folha de bananeira como forma. Adaptou para o fogão de sua casa como ela mesmo diz “a dor de parir ensina”e foi assim que começou a fazer manuê para venda:

> Massa de mandioca boa, precisa de leite de coco (no máximo um copo e meio de leite de coco - copo americano), o açúcar (açúcar aí depende de você se você quer muito doce ou pouco doce ou se você quer ele mesmo aguado), e uma pitada de sal, coco ralado, manteiga e ovos. Papel alumínio, você tira um palmo de papel alumínio para enrolar a massa - não pode ficar muito mole, mas também não pode ficar dura. Aí agora é só você colocar no forno. Tem que mexer bem também… “Agora faça gostoso viu, que nem eu faço! Veja aí a quantidade da manteiga (NUNA, agosto de 2023).

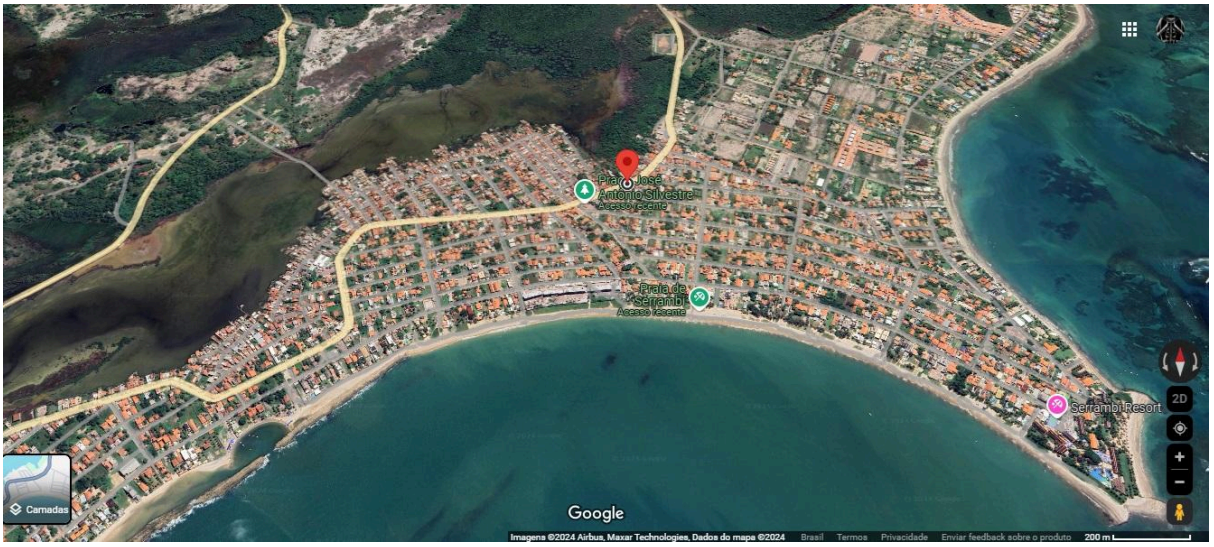
Ter a vividez e a autenticidade de Nuna numa sociedade racista, misógina e machista é revolucionário. Comunicativa, faz sempre uma graça com quem encontra pelo caminho - são muitos os conhecidos e amigos. Enérgica em sua relação com a comunidade e tranquila na realização do seu saber-fazer pesqueiro, tranquilidade que vai desde a espera do peixe fisgado, até o simples conserto de um anzol.

8- Capítulo IV -Escrevivência nos Modos de Pescar

“Pescar”, “catar” e “pegar” são alguns dos verbos utilizados pelas mulheres pescadoras para se referir a captura dos diversos animais que habitam o mangue, o rio e/ou o mar, abrangendo Serrambi e parte do pontal de Maracaípe. Nesses ambientes capturam peixes

como baiacu (*Diodontidae)*, mariquita (*Myripristis jacobus)* e budião (*Scarus coeruleus)*, crustáceos como siri, aratu, caranguejo; e moluscos como berbigão, marisco, mariscão, polvo. Esses tipos de pesca podem ocorrer durante todo o ano, em meses específicos e nos diferentes turnos do dia, conciliados com outras atividades do cuidado e laborais.

Figura 6: mapa da praia de Serrambi



Fonte: Google Maps.

8.1 Maré de Pedra

Junto a Nuna e Salo pude vivenciar a pesca no mar durante a maré de pedra - fenômeno que ocorre a cada quinze dias, com duração de sete dias, cuja principal característica é a exposição dos arrecifes de corais devido à maré baixa. A atividade acontece nos pesqueiros - nome dado pelas pescadoras às piscinas naturais que se formam quando a maré alcança seu nível mais baixo. Na primeira maré de pedra que acompanhei, a pescaria começou às 5h da manhã. A partir das orientações de Nuna, passei protetor solar, vesti uma calça leve, camisa UV, chapéu e sapatos.

Organizados os materiais para a pesca, seguimos de bicicleta por quase três quilômetros até um canto sombreado próximo a um resort. Durante a organização dos apetrechos, observei e fiquei impactada pela sensatez e leveza com que pescadores e pescadoras iam se reunindo naquele espaço, conversando e se organizando para realizar seus trabalhos.

Em grupo deixamos a praia em direção ao mar. Atravessamos a passadeira - trajetos memorizados pelas pescadoras que funcionam como trilhas dentro d'água que ligam a faixa de areia da praia aos arrecifes. Nas palavras de Nuna é

> um lugar que quando a maré seca aí a gente passa com ela com a água mais baixa, aí quando a maré começa encher a gente tem que atravessar para o lugar de terra seca porque se a gente não atravessar, se a gente não sai de cima das pedras ainda com a maré seca a gente fica ilhado e não pode atravessar a não ser de jangada, vi!? Senão atravessar todos morrem afogados (NUNA, agosto de 2024)

Passei a receber algumas orientações pacientes e cuidadosas para poder fisgar o peixe; em seguida, começamos a procurar os pesqueiros nos quais a pesca é realizada em pé sobre os arrecifes de posse de uma vara de caniço com isca. As varas de Nuna não podem enguiçar porque dá azar, têm nome e significados especiais: "*baroco* é uma vara feia, mas boa de pesca; *pão de mel* porque é realmente boa para pescar; *dona boa* é boazinha e *já era* é aquela que empresta às suas companheiras de pesca" (NUNA, maio de 2023).

Após quatro horas ou um pouco mais de pescaria, observamos a subida da maré através do corpo em desequilíbrio e da observação das águas ocupando o entorno dos pesqueiros - hora de começar a sair da água com segurança. "Expulsas pela maré" como diz Nuna, é hora de atravessar de volta a passadeira em direção a praia. Os baldes com a pescaria do dia ajudam, de alguma forma, a manter o equilíbrio da caminhada com a maré enchendo. Tratar os peixes é a atividade na sequência.

Tratar é retirar os órgãos internos e vísceras e lavar os peixes na água do mar, para que suas carnes não se estraguem. Esse processo de tratar, que dura em média uma hora ou mais, acontece de maneira descontraída. Numa das pescas que participei, no momento em que tratávamos peixes, um pescador, que esteve conosco na maré de pedra, ainda lançava, com sucesso, sua linha em direção ao mar para capturar outros peixes.

Seguimos de volta para casa. Neste dia não fui para a pesca do siri na parte da tarde. Na rotina dessas pescadoras, no entanto, é comum, realizar outro tipo de pesca no período vespertino. Após a pesca no mar, a depender do horário, almoçam e seguem para a pesca do siri. Algumas vezes não há tempo para almoçar, então elas vão até suas casas, guardam o pescado, colocam um lanche na bolsa e seguem para o mangue. É neste ambiente que pegam siri. A isca utilizada são as vísceras retiradas dos peixes tratados na praia capturados na maré de pedra.

8.2 Pesca no mangue

A dinâmica das marés "empurra" as pescadoras para dentro do mangue na captura do siri. Nuna explica que, na maré morta (maré de quatro), pega-se o siri na lama próximo às gaiteiras (raízes da espécie *rizofloras magle*) ou nos buracos onde eles se escondem. Na maré alta, é preciso adentrar mais no mangue, romper mais lama (que pode chegar à cintura), subir

nas raízes do manguezal e descer o jereré com a isca, abaixo do nível da água para capturar o animal. A complexidade desse tipo de pesca pode ser evidenciada na seguinte fala de Nuna:

> quando é maré de quarto a gente pega ele na lama ou de buraco ví!? porque é assim: ou ele tá em cima da lama com os braços encruzados, quietinho, no pé da gaiteira ou ele tá dentro dos buracos … Aí a pessoa tem que botar o braço dentro do buraco pra puxar ele e se ele tiver imprensado nas gaiteiras, a pessoa pega ele mais fácil; e quando a maré deixa de ser de quarto é maré grande. Quando a água tá limpa nao pega, pega com a água suja barrenta… mas quando a água tá limpa eu pego ele, mas eu entro pra dentro do mangue… levo o meu jereré. O caminho é muito ruim de andar, ví… a pessoa cai, minha fia, por dentro do mangue porque atola. Aí eu me subo com meu jereré, cá minha foice, ou meu facão e uma faca pequena; me subo e com um balde… ai quando eu chego lá em cima, atrepada… aí eu isco, boto peixe ou galinha, amarro no jereré e boto e solto o jereré de cima pra baixo… porque eu atrepada com a água limpa o siri não me ver; ele não me ver ai só pega siri se for assim com a água limpa. a pessoa pega dessa maneira atrepada (NUNA, maio de 2023)

A pesca do aratu-vermelho, *Goniopsis cruentata,* é realizada normalmente no mangue com o uso de vara e nylon. Há quem cante ou faça algum tipo de barulho com lata para atrair o animal. As pescadoras de Serrambi, no entanto, preferem catar aratu nas pedras que ficam no mar, no período noturno. O aratu de pedra como é chamado tem maior valor comercial; o habitat e o nicho fazem com que a carne do animal tenha um sabor diferente do aratu capturado no mangue.

Para pegar caranguejo é necessário se abaixar com o tronco rente a lama e introduzir o braço para além da entrada do buraco desta espécie. É preciso força e agilidade para andar longas distâncias sobre o solo lamacento entre os gaiteiros. É um tipo de pesca muito exaustiva para os corpos cansados que acumulam, por vezes, mais de uma modalidade de pesca por dia.

Com menor frequência, peixes também são capturados no mangue, como é o caso do amoré, espécie típica desse ecossistema. Iscados com utilização de vara e nylon, a pega do amoré depende de maré boa, conforme as pescadoras. A ida ao mangue geralmente acontece quando há encomenda de algum pescado. Devido a frequência e variedade das encomendas, é comum as pescadoras conciliarem pescas no mar e no mangue.

8.3 Tempo de berbigão

Seguindo em grupo, mulheres e crianças caminham, levando consigo sacos de nylon, peneiras artesanais e mantimentos como água e lanches. Dependendo da maré, partem de manhã cedinho. Ouve-se vozes, risos, crianças correndo e brincando. O destino é o trecho de praia conhecido por Enseadinha, em Serrambi. No caminho, é necessário passar perto das casas dos veraneios que ocupam lugares indevidos, como a faixa de areia que pertencem à

área de marinha e invadem manguezais. É junho, início do período de berbigão que se estende até dezembro.

O trabalho não é fácil, é preciso ficar de cócoras ou agachadas nas águas do mar e com as mãos, desenterrar da areia o molusco. A jornada de trabalho só finaliza com a subida da maré. Ro recorda que há nove anos era possível catar dois sacos de vinte e cinco quilos deste pescado, que resultaram em apenas dois quilos de berbigão após o beneficiamento. Nos dias atuais, na Enseadinha, só é possível retirar meio saco (12,5 kg), que resulta em média meio quilo do pescado beneficiado. O berbigão é comercializado em sacos de um quilo, custando de vinte a trinta reais.

A realidade apresentada por Ro sinaliza impactos ambientais e profissionais sobre o trabalho da pescadora de Serrambi. O ambiental, constatado por muitas pescadoras da comunidade, diz respeito à diminuição na quantidade de indivíduos da espécie. Este quadro acentua a precarização e vulnerabilidade desta forma de pesca pois, o deslocamento para lugares mais distantes e a ampliação da jornada de trabalho para a captura (implicando maior exposição ao sol e ao mar), nem sempre são suficientes para fazer um mínimo de produção a ser comercializada.

> A gente vai a pé, ví!? Só que assim, a gente… tem mês que a gente vai, tem mês que a gente não vai pra lá, a gente prefere ir mais pro pontal de Maracaípe… do lado de cá, ví!? Daqui de Serrambi. A gente pega mais marisco lá porque não tá compensando o berdigão aí, não tá compensando muito não. Aí quando a gente vai que pega muito, aí tudo bem. Mas quando a gente vai, que dá um murro triste, passa o dia todinho pescando e não consegue pegar um quilo, aí fica complicado. Aí a gente prefere ir lá pro pontal mesmo. Que no pontal a gente tira dois quilo, três quilo, entendesse?... dentro de um dia (RO, julho de 2024).

Ao retornar à sua residência, frequentemente, Dona Lau já coloca os berbigões no fogo. Nesse intervalo, aproveita para tomar um banho, preparar o jantar e seguir para a escola. Ao voltar da escola, apesar do cansaço decorrente de um dia de trabalho, Dona Lau avalia se deve debulhar os berbigões ou adiar essa tarefa para o dia seguinte. Esse processo, por muitas vezes, é realizado em grupos compostos por mulheres e crianças.

Devido à instabilidade da pesca, as escreviventes conciliam realizam outras atividades relacionadas, em sua maioria, com a presença dos veranistas em momentos de alta estação e festividades. Trabalham como diaristas, catadoras, comerciantes. A praça na Avenida dos Pescadores, para além de um lugar de socialização das mulheres da pesca com familiares e amigas(os), é espaço de trabalho.

8.4 Praça e outras virações

É noite, Dona Lau está na praça. Em torno dela estão seus parentes: genro, netas, netos, filhas, nora, irmãs, sobrinha, filho e marido. Sob o flamboyant armaram duas bancas de comida onde vendem sopa, mungunzá, batata frita, algodão doce, água, refrigerante, pastel, amendoim, manuê. É janeiro - período de férias, veraneio e a proximidade do carnaval fazem com que a frequência de pessoas aumente, tornando propícia à comercialização de alimentos na praça de Serrambi. O momento de fazer "um extra" faz parte do cotidiano e da socialização da pesca. Nesses momentos as(os) mais velhas(os) recebem cumprimentos, afetos, são consultadas(os), educam e exercem, em grupo, seus modos de viver.

Outras barraquinhas e brinquedos de um parque também se instalaram numa das faces da praça, há duas ou três semanas. Nas conversas da família pesqueira se fala "de tudo um pouco": receita de molho de pimenta e o seu modo de preparo; a pesca de marisco que uma das filhas esteve envolvida mais cedo; o fato de uma das filhas de Lau não gosta de usar calcinha e receber propostas indecentes de um viúvo. Todas as questões, sejam elas complexas ou não, são tratadas com a mesma serenidade pela matriarca, ora ou outra intercaladas por lembranças do passado próximo ou mais distante.

Os preços das comidas foram recentemente afixados: "as pessoas pediam porções menores a preços menores", nos disse Lau. Se levanta para atender os clientes várias vezes com a mesma tonicidade de sempre de seu corpo firme. O olhar que acompanha a movimentação dos familiares e das demais pessoas se mantém calmo e atento. Vai e volta alguém a envolve em questões como as já citadas acima. Tanto faz comentar como permanecer em silêncio, comportamento que não provoca nas pessoas qualquer estranhamento.

A permanência dela e das pessoas no espaço entre o flamboyant e a praça é quase que totalmente descontraída. Dona Lau que hoje está comercializando comidas, possivelmente esteve dias trabalhando na casa de pessoas que veraneiam em Serrambi. Para o tempo de pescar, em suas palavras, considera a maré, sua atual condição de saúde (há uns meses esteve com dores na coluna) e os períodos livres que encontra entre esses outros trabalhos.

A relação com o mar, com a pesca artesanal, com as marés não mingua pelo fato dela estar nessas outras "virações". A pesca é ainda hoje a principal atividade através da qual Dona Lau e boa parte de sua família alcançam suas condições materiais, promovendo ainda socialização e coletividade que une estas pessoas dentro ou fora da maré, como pode ser

observado durante o trabalho na praça. A pesca, ainda que não seja a atividade desta noite, sem dúvida enreda a relação dessas pessoas.

8.5 Trabalho, Meio Ambiente e Mulher Pescadora

Os modos de pescar das mulheres pescadoras demonstram que suas relações com o ambiente natural vão além da dimensão econômica. As práticas descritas nas seções *Maré de Pedra*, *Pesca no Mangue* e *Tempo de Berbigão* são a interseção entre a pesca artesanal, saberes tradicionais, aspectos culturais, simbólicos e estratégias de trabalho, o que mantém a comunidade em interação profunda com a natureza.

As pescadoras detêm conhecimento sobre os ciclos de vida marinhos, o que reflete no manejo cuidadoso dos recursos, conforme destacado por Diegues (2001) em seus estudos sobre populações tradicionais. Além disso, os modos de pescar e outras "viração" praticadas pelas pescadoras dialoga com o que nos mostra Gonzalez (1984), através da interseccionalidade entre raça, gênero e classe, ao abordar as estratégias nas formas de trabalho de mulheres negras.

A diversidade de práticas e modos de pescar assegura o trabalho das mulheres pescadoras e reafirma seu papel como guardiãs dos saberes tradicionais e do cuidado ambiental. Elas se destacam como agentes de resistência frente à marginalização e ao racismo ambiental, desempenhando um papel importante na preservação dos recursos naturais e na manutenção da economia de suas comunidades.

9- Considerações finais

São diversas as opressões que atravessam as mulheres pescadoras e implantam dores que permeiam suas narrativas/escrevivências. São dores que alcançam a todas com menor ou maior intensidade; são dores individuais e coletivas, que interseccionam o seu ser mulher negra e trabalhadora da pesca artesanal. Em Serrambi - distrito do município de Ipojuca, as opressões se concentram, há pelo menos cinco décadas, sobre a comunidade pesqueira.

Data dos anos setenta às injustiças promovidas pelo veraneio ou turismo de segunda residência, neste território, especialmente quando esses locais passam a ser acessados por veranistas e turistas, e as pistas/estradas começam a permitir o acesso às localidades. Este fenômeno, identificado como "a casa dos ricos", pelas pescadoras ocupa extensa área próxima a praia bem como áreas de marinha e é, opressor, à vida e trabalho das pescadoras pois promove afastamentos dos lares pesqueiros ao mar. Maior distância significa também sobrecarga para a mulher pescadora. Ameaças e tentativas de obstruir o acesso à praia fazem parte do histórico de opressões destinadas pelo veraneio à pesca e a pescadora artesanal.

Estas opressões resultam e/ou se somam às promovidas pela governança dos poderes que administram a região. A não efetivação da APA Marinha Recifes Serrambi, cuja criação foi decretada há seis anos, expõe a morosidade e o não cuidado das administrações públicas com os ambientes naturais e com a mulher pescadora. A APA apenas "no papel", sem a existência de sede, conselho gestor, plano de manejo configura-se inoperante, uma vez que é inexistente, frente aos impactos negativos provocados pela especulação imobiliária e o veraneio que avançam sobre a região costeira de Serrambi e o território pesqueiro.

O derramamento do petróleo ocorrido no ano de 2019 em serrambi foi manejado primeiramente pelas mulheres pescadoras, no intuito de limpar seus ambientes de trabalho e morada. Em suas escrevivências é possível observar, que no intuito de proteger seu espaço de vida e trabalho - o mar, o mangue e o rio, as pescadoras se organizaram coletivamente, monitoraram a chegada das manchas, improvisaram ferramentas e criaram estratégias para a retirada do petróleo.

A repercussão do desastre-crime prejudicou a comercialização do pescado mesmo o capturado meses antes. Com a renda impactada, as pescadoras submeteram-se aos ambientes e à captura de pescado para consumo próprio, supostamente ainda contaminados. O auxílio emergencial concedido pelo governo federal, quatro meses após o derramamento, não chegou a todas as pescadoras escreviventes. O período de retomada das atividades pesqueiras por estas mulheres foi sucedido pelo pandemia da covid-19 que, no contexto de Serrambi, foram proibidas de acessar seus espaços laborais.

Observarmos que, pelo menos nos últimos cinquenta anos, o veraneio, a especulação imobiliária, o derramamento de petróleo e a pandemia é um acúmulo de contextos que produzem sobreposições de opressões tais como: afastamento do seu espaço laboral, sobrecarga de trabalhos reprodutivos e produtivos, contaminação de alimento e dos corpos, adoecimento psicológico/emocional.

A concentração destes tipos de impactos a determinados grupos como também a ausência ou o não cumprimento de políticas públicas configura injustiça ambiental, (ACSELRAD, 2009). Quando a injustiça ambiental ocorre nas comunidades racialmente oprimidas, fala-se em racismo ambiental. Em Serrambi o racismo ambiental se manifesta nas ações/inações do poder público municipal que não intervém sobre tais opressões, não busca conhecer a dinâmica das mulheres pescadoras e não dialoga com estas.

A pesca artesanal não é vista como uma atividade fácil pelas mulheres e, apesar de ser considerada sua atividade principal, responde parcialmente na autonomia financeira dessas, necessitando de outras atividades complementares. A manutenção da vida através da pesca é

marcada pela gratidão, pelo orgulho de ser pescadora e pela aquisição de saberes resultantes das relações ancestrais e com o meio ambiente.

As mulheres pescadoras de serrambi estão envolvidas com a captura do pescado, no seu beneficiamento e na comercialização, e também são, na maioria das vezes, responsáveis pelo trabalho do cuidado da sua família. A pesca artesanal é realizada no tempo da maré e há uma diversidade na captura do pescado, o que não provoca sobrepesca. Não é gerado estoque de produto nem retirada excessiva de uma única espécie. Além disso, utilizam métodos tradicionais e de baixo impacto ambiental, preservando os ecossistemas aquáticos.

As pescadoras artesanais conhecem bem os ciclos de reprodução das espécies e evitam capturá-las durante esses períodos, o que contribui para a manutenção das espécies. A prática também promove a economia local, gerando emprego e renda para a comunidade sem comprometer os recursos naturais para as futuras gerações.

Sobre dificuldades relacionadas à atividade da pesca, relatam instabilidade do tempo da maré, os riscos à saúde, como exposição a raios ultravioleta, poluição marinha e problemas ergonômicos, que não são acolhidos pelas instituições responsáveis quando procuradas, explicitando o racismo institucional caracterizado também pela morosidade obter auxílio-doença e aposentadoria.

O dinamismo de homens e mulheres no exercício das atividades pesqueira, ao longo do tempo, aprimora saberes, instrumentos e as relações sociais e simbióticas com o ambiente marinho e lacustre e com o próprio movimento da sociedade.

Apesar da grande quantidade de estudos que buscam embasar políticas públicas voltadas a essas trabalhadoras, até 2023, não há ações concretas em Ipojuca para atender as pescadoras de Serrambi. Apenas através do reconhecimento da complexidade de seus marcadores socioculturais e políticos a partir de uma abordagem interseccional será possível construir políticas públicas justas e efetivas que promovam acolhimento às vivências das mulheres pescadoras. Cuidar das pescadoras é cuidar do mar, do mangue e do rio.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.) (2004a), Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSLRAD, Henri; AMARAL, Cecília Campello do; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais). Coordenação de Djamila Ribeiro.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE PESCADORAS (ANP). Carta do IV encontro da articulação nacional das pescadoras. Pontal do Paraná, 2014.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE PESCADORAS (ANP). Pescadoras de 15 estados brasileiros se reúnem em São Luís (MA) para reivindicarem direitos e visibilidade. São Luís do Maranhão, 2017.

ANDREWS, N. et al. 2021 “Oil, fisheries and coastal communities: A review of impacts on the environment, livelihoods, space and governance”. Energy Research & Social Science 75, 10 2009.

ARAÚJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente:consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. In: Cadernos De Saúde Pública, v. 36, p. 1-6, 2020.

AZEVEDO, Natália T.; PIERRI, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 32, p. 61-80, 2014.

BRASIL. Medida Provisória nº 908, de 28 de novembro de 2019. Institui o auxílio emergencial pecuniário destinado a pescadores profissionais artesanais que tiveram suas atividades interrompidas em decorrência de manchas de óleo no litoral brasileiro. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/medida-provisoria-pr-no-908-de-28-de-novembro-de-2019.pdf/view. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.959, DE 29 de junho de 2009e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/ Lei/L11959.htm. Acessado em: 10 /10/2020.

BRASIL. Polícia Federal. PF conclui investigações sobre a origem das manchas de óleo que atingiram o litoral brasileiro entre 2019 e 2020. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/12/pf-conclui-investigacoes-sobre-a-origem-das-manchas-de-oleo-que-atingiram-o-litoral-brasileiro-entre-2019-e-2020. Acesso em: 10 jul. 2024.

BULLARD, Robert (2004), "Enfrentando o racismo ambiental no século XXI", in Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua, Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 40-68.

C. OBI, Oil and conflict in Nigeria's Niger Delta region: Between the barrel and the trigger, The Extractive Industries and Society 1 (2) (2014) 147–153.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARTA DE REPÚDIO CAMPANHA MAR DE LUTA. Sobre o encerramento da CPI do Óleo , 2021. Disponível http://www.cppnacional.org.br/noticia/campanha-mar-de-luta-lan%C3%A7a-carta-de-rep%C3%BAdio-ao-encerramento-da-cpi-do-%C3%B3leo. Acesso: 07/09/2022

COLLINS, P. H. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. 2 edition. New York: Routledge, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA PESCA. Relatório Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. 2016

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES (CPP). Mulheres em luta: 10 anos da Articulação Nacional das Pescadoras. Jornal o Leme, 2015.

COSTA, Carlos Rerissom Rocha da. O Litoral do Maranhão, entre Segredos e Descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil. 266p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí – Ceará. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010

CPRH, 2011. Zoneamento da APA de Guadalupe. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/Relatorio%20Zoneamento%20Final.pdf.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CAMPANHA MAR DE LUTA. Carta de repúdio ao encerramento da CPI do óleo. Disponível em: https://www.cppnacional.org.br/noticia/campanha-mar-de-luta-lan%C3%A7a-carta-de-rep%C3%BAdio-ao-encerramento-da-cpi-do-%C3%B3leo. Acesso em: 10 jul. 2024.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. 262 p. Tradução Heci Regina Candiani.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. Revista NERA, v. 23, n. 51, p. 180-204, jan.-abr., 2020.

DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In. DIEGUES, A. C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB, 2000.

DIEGUES, Antonio C. ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho. In: In: DIEGUES, Antonio Carlos. A pesca construindo sociedades. São Paulo: Nupaub-USP, 2004. p. 195-223.

DIEGUES, Antonio Carlos. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

ESPING-ANDERSEN, G. (1991), "As Três Economias Políticas do Welfare State", in Revista Lua Nova, nº 24, setembro.

EVARISTO, Conceição. *A escrevivência e seus subtextos.* In: Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. – Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição**.** Apresentação do blog. Nossa Escrevivência, 07 out. 2024. Disponível em: https://nossaescrevivencia.blogspot.com/search/label/apresentacao. Acesso em: 07 out. 2024.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para a Agricultura y la Alimentación. Asegurar la sostenibilidad de la pesca a pequeña escala: unir la pesca responsable y el desarrollo social. Departamento de Pesca y Acuicultura, COFI-Comité de Pesca. Roma, 2009.

FAUSTINO, D. M. A equidade racial nas políticas de saúde. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (orgs.). Saúde da População Negra. 2. ed. Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 92-121.

FERNANDES, Marcus Emanuel Barroncas (org.). Os manguezais da costa norte brasileira. Bragança, PA: Laboratório de Ecologia de Manguezal, 2016. v. 3. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/635.

FIGUEIREDO, Marina Morenna Alves de. Trabalho e participação político-social das pescadoras na RESEX Canavieiras - BA. 116p.Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

FOLHA de Pernambuco. (2019). Derramamento de óleo afeta cerca de 20 mil pescadores em Pernambuco. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/derramamento-de-oleo-afeta-cerca-de-20-mil-pescadores-em-pernambuco/122640/. acesso em 10/07/2024.

FREITAS, Priscylla Alves Nascimento de; MACHADO, Rafaella Miranda; SILVA, Evelyn Siqueira da; SANTOS, Mariana Olívia Santana dos; GURGEL, Idê Gomes Dantas. *Derramamento de petróleo e responsabilização do Estado: desafios da pesca artesanal em Pernambuco*. SER Social, 2023.

FURST, Richard ; BELLO, Muhammad. Nigéria: mortalidade infantil aumenta devido à poluição petrolífera. Mande for minds, 28/10/2017. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/nig%C3%A9ria-mortalidade-infantil-aumenta-devido-%C3%A0-polui%C3%A7%C3%A3o-petrol%C3%ADfera/a41150907#:~:text=NOT%C3%8DCIAS-,Nig%C3%A9ria%3A%20Mortalidade%20infantil%20aumenta%20devido%20%C3%A0%20polui%C3%A7%C3%A3o%20petrol%C3%ADfera,regi%C3%A3o%20do%20Delta%20do%20N%C3%ADger. Acesso: 10/09/2022.

FURTADO, Fabrina Pontes; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 66-93, fev. 2021.

F. OBENG-ODOOM, Oil, sex, and temporary migration: The case of Vienna City, Sekondi-Takoradi, Ghana, The Extractive Industries and Society 1 (1) (2014) 69–74.

GOMES, Thais Mara Dias. Mulheres das águas: significações do corpo-que-trabalha-na-maré / Thais Mara Dias Gomes.- Salvador: 2012. 130 f. : il. [fotogr., tab.].

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. São Paulo: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje: Anpocs, São Paulo, p. 223-243, fev. 1984. Anual.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.) Racismo Ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Fase, 2006. 331p

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v.3, n.1, 2008.

HOOKS, Bell. Feminism is for everybody. Cambridge: South End Press, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=261485.

J. BEYER, H.C. TRANNUM, T. BAKKE, P.V. HODSON, T.K. COLLIER, Environmental effects of the Deepwater Horizon oil spill: A review, Marine Pollution Bulletin 110 (1) (2016) 28–51.

LEVINE, Adeline (1982), Love Canal: Science, Politics, and People. Lexington, Massachusetts: Lexington Books.

LIMA, Josinete Pereira. Pescadoras e donas-de-casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira - o caso da Baía do Sol. 2003. 93 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2003

LIMA, Maria do Céu. Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará território, costumes e conflitos. 220p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

LIRA. L.; PEDROSA, B. M.; SOUZA, M.; LEITE, C.; LEITE, A. P. Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco. 2010. 250p.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MACÊDO, Amanda Florêncio de. a reestruturação do litoral de Ipojuca-PE a partir doimobiliário-turístico:o uso do espaço público das faixas de praias. 2012 Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MANESCHY, M.C. Ajuruteua, uma Comunidade Ameaçada, Belém, UFPa. 167 p., 1995.

MANESCHY, Maria Cristina. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. Proposta, Rio de Janeiro, n. 84-85, p. 82-91, mar./ago., 2000.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. Coletiva, Recife, n. 1, jul./set. 2010.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Dias; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3), p. 713-737, setembro-dezembro, 2012.

MANESCHY, Maria Cristina (2013) Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papeis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Para: In: NEVES, Delma Pessanha, MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.) Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento políticos. Niterói: Alternativa. p. 42 – 64.

MARCON, Lélia. Dez anos após o derramamento de petróleo no Golfo do México, o perigo persiste. 17/04/2020. Disponível em: https://esportes.yahoo.com/noticias/dez-anos-derramamento-petr%C3%B3leo-golfo-m%C3%A9xico-perigo-persiste-175039710--finance.html. Acesso em: 07/09/2022.

MARTINS, Mary Lourdes Santana. Rios, estuários e mangues: a mulher na pesca artesanal. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MARTINS, Quéren da silva. A relação saúde-doença entre mulheres pescadoras artesanais de São Mateus-ES. / Quéren da Silva Martins. - 2015. 169f.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, pp. 49-83, 2011.

McCAY, B. J.; ACHERSON, J. M. (eds.) The question of the commons. The culture and ecology of communal resources. Tucson, A: The University of Arizona Press. 1987. 240p.

MELLO, Alex Fiúza. A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: Editora da UFPA, 1985

MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". In: Congresso Brasileiro de economia Doméstica, XX, 2009, Fortaleza - CE, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza - CE, 2009.

MORAES, Lúcia de Fátima Saboia de. Para onde sopram os ventos de Cumbuco? Impactos do turismo no litoral de Caucaia, Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MOTA, Edmara Oliveira. M917 Significados de saúde e do Sistema Único de Saúde para as mulheres pescadoras artesanais do Brasil / Edmara Oliveira Mota. – 2021.

MULHERES DAS ÁGUAS. Direção: Beto Novaes. Rio de Janeiro: Video Saúde Distribuidora e UFRJ, 2016. Acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=P62sFliw7K8

MÜLLER, Juliana dos Santos Qualidade de vida relacionada com a saúde, funcionalidade e incapacidade de pescadores artesanais/marisqueiras/ Juliana dos Santos Müller – Salvador, 2014.

MPA. Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres>. Acesso em: 09/07/2024.

NASCIMENTO, João J. (2014), _Processos Educativos: As Lutas das Mulheres Pescadoras do Mangue do Cumbe Contra o Racismo Ambiental‘. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza.

NEVES, Camila Maria de Paiva. Impactos socioambientais nas comunidades da pesca artesanal do nordeste do Brasil / Camila Maria de Paiva Neves. - Natal, 2023.

NUNES, Shauane Itainhara Freire. A Pesca Artesanal como Mediação da Relação Homem Natureza: Permanência e Resistência dos Pescadores nas Comunidades Pesqueiras do Povoado Mosqueiro/Aracaju-SE. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PACHECO, Tânia (2006), “Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor”, I Seminário Cearense contra o Racismo ambiental. Fortaleza (mimeo).

PACHECO, Tânia (2008), “Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania”, in Superintendência de Recursos Hídricos (org.), Justiça pelas águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 11-23.

PAES E SILVA, Lays Helena. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. In: E-cadernos CES, 17, p. 85-111, 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em < http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. In: Revista de Antropologia – USP, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 315-352, 2011.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “Ah esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis; Campinas: CERES, 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Embarcadiços do encantamento : trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. São Cristóvão : Editora UFS ; Campinas : Ceres - UNICAMP, 2017.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O colapso da pesca artesanal no litoral de Pernambuco. Revista Coletiva - Diversidade Socioambiental, nº 11, Recife, p. 01 - 10, 03 jan. 2020.

RAMALHO, C. W. N. Os possíveis impactos dos vazamentos de óleo nas comunidades pesqueiras artesanais em Pernambuco: um breve e provisório balanço. Recife: Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR) – PPGS/UFPE, 2019. p. 01‑05.

RAMALHO, Cristiano Wellington Nobero; SANTOS, Andreia Patrícia. Povos das Águas sob o signo de Seth: o derramamento de petróleo, a Covid-19 e o descaso governamental. In: OLIVEIRA, Roberto Véras de; SILVA, Ari Rocha da. (Org.). Trabalho e pandemia: informalidade, precarização e suas múltiplas relações. 1ed.São Paulo: Annablume, 2021, v. 1, p. 79-106

REIS‑FILHO, J.; QUINTO, D. A. Covid‑19, afastamento social, pesca artesanal e segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico. SciELO ‑ Scientific Electronic Library Online, Salvador, 2020.

RODIN, P. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras de Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v. 23, E202133pt, 2021.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. Para aprender Políticas Públicas. Brasília: Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas, 2013.

S.B. JOYE, Deepwater Horizon, 5 years on, Science 349 (6248) (2015) 592–593.

SILVA, C. A. (2017). Modernização, Conflitos Territoriais e Sujeitos Sociais de Culturas Tradicionais: contribuições da Geografia na leitura da produção da totalidade do espaço brasileiro no século XXI, pp. 249-274. In D. M. A. Suertegaray, C. L. Z. Pires, C. A. Silva.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Mulheres na pesca embarcada artesanal: apontamentos sobre educação, saberes e conflitos socioambientais.

Educ. Form., Fortaleza, v. 5, n. 3, p. 1-21, 2020. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1977.

SILVA, Luiz Geraldo. A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX). Campinas, Papirus, 2001.

SILVA, L. C. M; SILVEIRA, P. C. B. Conflitos socioambientais no litoral sul de Pernambuco: a RESEX Sirinhaém-Ipojuca. In: SILVA, T. A. A.; GHELEN, V. Conflitos socioambientais em Pernambuco. 1ª ed. Recife: Massangana, 2013. P. 2-220.

SOUSA, Teresa Cristina Vital de. Interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial da Ilha de Deus em Recife. 2011. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRUTH, Sojourner. NÃO SOU MULHER? 1851.

VIEIRA, N. et al. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro amazônico. Amazônica - Revista de Antropologia, [s.l.], v. 5, n. 3, p.806-835, 2014.

VOZES DA PESCA ARTESANAL: impacto do petróleo. Nuhumar UFPE, 04/01/2021. Podcast. Disponível em: https://anchor.fm/vozes-da-pesca-artesanal acesso em 30/08/2022

VOZES DA PESCA ARTESANAL: três anos da tragédia do petróleo.

Nuhumar UFPE, 29/08/2022. Podcast. Disponível em: https://anchor.fm/vozes-da-pesca-artesanal acesso em 09/09/2022

WALTER, T. et al. Conflitos ambientais envolvendo pescadores (as) artesanais na zona cos-teira. In: MARTINEZ, S. A.; HELLEBRANT, L. (orgs.). Mulheres na atividade pesqueira no Brasil. Campo dos Goytacazes: EDUENF, 2019. p. 77-112.

Z.A. ELUM, K. MOPIPI, A. HENRI-UKOHA, Oil exploitation and its socioeconomic effects on the Niger Delta region of Nigeria, Environmental Science and Pollution Research 23 (13) (2016) 12880–12889.

APÊNDICE - Registros fotográficos das atividades pesqueira na comunidade Serrambi

Nuna e Salo na pesca de maré de pedra

Nuna na pesca de maré de pedra

Ro e suas companheiras seguindo para pesca do aratu de mangue.

Ro na pesca do araru de mangue.

Ro, Meri e seus companheiros na pesca de rede.

Ro, Meri e suas companheira na limpeza do pescado.

Nuna catando araru.

Reunião na colônia Z 12.

Protesto contra o terminal de minério na Ilha de Cocaia, Suape, 2023.

Protesto contra o terminal de minério na Ilha de Cocaia, Suape, 2023.

Participação da Plenária Bioma Costeiro- Marinho, 2024.